

Unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

Teoria dos Ciclos Político-Econômicos: Um Estudo de São Paulo e Minas Gerais

SIMONE GARCIA GOBBI

ARARAQUARA
2011

SIMONE GARCIA GOBBI

Teoria dos Ciclos Político-Econômicos: Um Estudo de São Paulo e Minas Gerais

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras – FCLAR, como requisito para obtenção de grau em Bacharel em Ciências Econômicas da UNESP, sob orientação do Professor Dr. Cláudio César de Paiva.

ARARAQUARA

2011

RESUMO

A Teoria dos Ciclos Político-Econômicos relata que os políticos influenciam o comportamento da economia por meio de manipulações das variáveis econômicas e de instrumentos políticos, visando à maximização de votos, por saberem que a situação econômica incide sobre as decisões eleitorais. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo principal analisar se existem evidências de ciclos políticos no Brasil, no período de 2002 a 2010. Para isso, procederam-se análises gráficas da evolução do saldo orçamentário dos estados de São Paulo e de Minas Gerais desta época. Os resultados apontaram que em alguns períodos estes ciclos ainda estão presentes, embora eles tendam a desaparecer devido à implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, a qual objetiva um maior controle das contas públicas.

Palavras-chave: ciclos político-econômicos, saldo orçamentário, eleição.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 MODELOS DE CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS: OPORTUNISTAS E PARTIDÁRIOS	8
1.1 INTRODUÇÃO	8
1.2 OS MODELOS TRADICIONAIS	12
1.2.1 O MODELO TRADICIONAL OPORTUNISTA	13
1.2.2 O MODELO TRADICIONAL PARTIDÁRIO	16
1.3 OS MODELOS RACIONAIS.....	20
1.3.1 O MODELO RACIONAL OPORTUNISTA	21
1.3.2 O MODELO RACIONAL PARTIDÁRIO.....	23
1.4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DE CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS.....	26
2 UMA ANÁLISE GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS	30
2.1 INTRODUÇÃO	30
2.2 O ESTADO DE SÃO PAULO	31
2.2.1 A ECONOMIA PAULISTA NA DÉCADA DE 1980	32
2.2.2 ANÁLISES SETORIAIS DA ECONOMIA PAULISTA.....	32
2.2.2.1 AGROPECUÁRIA	32
2.2.2.2 INDÚSTRIA	33
2.2.2.3 SERVIÇOS	34
2.2.3 CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS DE SÃO PAULO: POPULAÇÃO E EMPREGO	35
2.2.3.1 POPULAÇÃO	35
2.2.3.2 EMPREGO	37
2.3 O ESTADO DE MINAS GERAIS	39

2.3.1 A ECONOMIA MINEIRA DA DÉCADA DE 1980:.....	41
2.3.2 ANÁLISES SETORIAIS DA ECONOMIA MINEIRA	42
2.3.2.1 AGROPECUÁRIA	42
2.3.2.2 INDÚSTRIA	43
2.3.2.3 SERVIÇOS	43
2.3.3 CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS DE MINAS GERAIS: POPULAÇÃO E EMPREGO	45
2.3.3.1 POPULAÇÃO	45
2.3.3.2 EMPREGO	46
3 UM ESTUDO PARA VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CICLOS POLÍTICOS NO BRASIL	49
3.1 INTRODUÇÃO	49
3.2 RESULTADOS ELEITORAIS	49
3.3 RESULTADOS DAS ANÁLISES.....	51
3.3.1 ANÁLISES ESTADUAIS	51
3.3.2 ANÁLISES MUNICIPAIS.....	56
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa ampliar a literatura de pesquisas na área de economia política, as quais mostram que os políticos tendem a estabelecer condições econômicas favoráveis nos períodos pré-eleitorais a fim de ganharem vantagens nas urnas.

A escolha deste tema se justifica pela importância dos ciclos político-econômicos no atual mundo globalizado. Assim, por meio de dois fundamentais estados para economia brasileira, deseja-se desvendar o quanto este tema está presente neste país.

Desta forma, a presença de ciclos político-econômicos ocorre em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Com isso, este estudo tem como foco analisar as contas públicas dos estados e municípios brasileiros para comprovar se no período recente existe o comportamento oportunista dos políticos.

Neste sentido, este trabalho será dividido em três capítulos, onde cada um terá o objetivo de fazer a junção entre os aspectos políticos e os econômicos, visando reforçar o argumento de que estes dois âmbitos estão interligados. Fato que já era proposto pelos economistas clássicos ao estudarem o comportamento dos políticos diante as eleições.

No primeiro capítulo será apresentada a teoria completa dos ciclos políticos, a qual abrange o período que vai desde os anos 1970 até os dias de hoje. Esta teoria constitui os modelos oportunistas e partidários, chamados primeiramente de tradicionais e, após a introdução do conceito de expectativas racionais, passaram a ser denominados de modelos racionais. Depois de estudada a teoria, o capítulo também relata as evidências empíricas de ciclos políticos tanto no Brasil como no ambiente internacional.

Já no segundo capítulo serão analisados os aspectos econômicos dos dois estados relevantes para este estudo que são o Estado de São Paulo e o de Minas Gerais. Ambos estados são de grande importância para a economia brasileira e desde o surgimento do país já contribuíam para o seu crescimento. Este capítulo foca suas análises a partir da década de 1980, já que este período foi fundamental para as mudanças ocorridas no Brasil. Assim, esta parte do trabalho faz um panorama geral da economia paulista e da mineira por meio de análises de suas atividades setoriais, evolução da população e do emprego.

O terceiro capítulo finaliza o trabalho com um estudo realizado para verificação da existência de ciclos políticos no Brasil. Primeiramente, o capítulo apresenta os resultados eleitorais do período de 2002 a 2010, o qual abrange três eleições para governadores dos

estados. Cabe ressaltar que nestas eleições os resultados para os dois estados brasileiros foram todos a favor do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Depois, realiza-se uma análise dos resultados fiscais médios dos municípios destes estados, onde também foram encontrados resultados eleitorais semelhantes. Em seguida, obtém-se uma pesquisa a partir dos dados das contas do governo destes anos, a qual revela a presença de ciclos políticos em alguns períodos desta análise.

Porém, objetiva-se confirmar se após a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 continuou a ser tão evidente a presença de ciclos políticos no Brasil. Deve-se ressaltar que esta lei busca ponderar os desequilíbrios fiscais e trazer maior transparência na gestão pública dos governos brasileiros.

Diante do pressuposto de que as decisões dos eleitores são influenciadas pelo âmbito econômico, este trabalho deseja saber se os governantes manipulam as políticas econômicas a fim de alcançarem a maximização de votos e, através disso, se reelegerem ou ao menos elegerem um sucessor de seu partido. Visa-se identificar este tipo de comportamento oportunista a fim de controlar o ambiente político-econômico do Brasil.

1 MODELOS DE CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS: OPORTUNISTAS E PARTIDÁRIOS

1.1 Introdução

O presente capítulo tem como principal objetivo apresentar a teoria do ciclo político-econômico em suas diferentes fases, tendo em vista que esta teoria passou por uma grande evolução ao longo do tempo. Estudos realizados na área de economia política mostram que os políticos criam ambientes propícios para o surgimento de ciclos políticos ao melhorarem as condições da economia antes das eleições, visando conseguir benefícios nas urnas. Várias análises já comprovaram a presença de oportunismo político no Brasil, contudo, este comportamento tende a desaparecer depois de repetido muitas vezes, principalmente nos países de maior tradição democrática.

Por isso, serão contextualizados os diferentes focos dos modelos de ciclos político-econômicos, os quais surgiram com maior precisão na década de 1970 e se expandiram até os dias de hoje. Em seguida, serão apresentados exemplos de estudos que comprovaram evidências de ciclos políticos não só no Brasil, como também no ambiente internacional.

De acordo com Oliveira e Carvalho (2008), os primeiros trabalhos que relataram sobre o comportamento dos políticos diante às eleições foram os de Kalecki (1943)¹, Akerman (1947)² e Downs (1957)³. Estes já explicavam a existência de uma grande relação entre a política e a economia.

Segundo Kalecki (1943), a existência de ciclos político-econômicos era uma circunstância “(...) sintomática do futuro regime econômico das democracias capitalistas”. (KALECKI, 1943 apud FIALHO, 1996: 2). A partir desta idéia, a presença de ciclos políticos de natureza econômica nas sociedades democráticas repercute a interação do sistema político com o econômico.

Deve-se considerar, então, que desde a época dos autores clássicos já havia a preocupação em relacionar a economia e a política. Adam Smith e John Stuart Mill já

¹ Kalecki, M. “Political Aspects of Full Employment,” in Political Business Cycles. B. S. Frey ed: The International Library of Critical Writing in Economics, Elgar Reference Collection. 1943.

² Akerman, J. 1947. “Political Economic Cycles,” in Ibid.: The International Library of Critical Writing in Economics, Elgar Reference Collection. 1947.

³ Downs, A. “An Economic Theory of Democracy”. New York: Harper and Row. 1957.

faziam associações entre as duas ciências. Esta conexão é relatada, também, por Borsani (2003), o qual afirma que as distintas políticas estabelecidas pelos governos influenciam a economia de modo a afetar a atividade produtiva, a taxa de juros e o nível de emprego. Por outro lado, as situações da economia influem nas decisões eleitorais, afetando o nível de renda e as oportunidades de trabalho. Assim, fica claro que a situação da economia incide nas decisões de votos dos cidadãos.

Martins (2002) apresenta uma relação entre governo, economia e eleitores. O autor faz uma comparação desses elementos com a oferta e a demanda política. O governo representa a oferta política, provendo aos eleitores uma situação econômica. Esta situação influencia o bem estar dos eleitores, os quais estão do lado da demanda política, visando sempre este bem estar social.

A partir da década de 1970, aumentou-se o interesse por este assunto, assim, ao relacionar os três elementos anteriores, surgiram os ciclos político-econômicos oportunistas e partidários, chamados de *tradicionais* na década de 1970 e de *racionais* na década de 1980.

“... essa divisão entre tradicionais e racionais expressa também a própria evolução histórica da teoria do ciclo político econômico, já que, principalmente ao longo da década de 80, os modelos passaram a ser criticados com base na hipótese das expectativas racionais, passando a partir de então a incorporar a inovação”. (BITTENCOURT, 2002: 13)

Entretanto, segundo Kraemer (1997b)⁴, citado em Bittencourt (2002), o político pode enfrentar um eleitorado “racional” ou “ingênuo” (irracional) que sempre poderá aplicar políticas que promovam o oportunismo, manipulando as variáveis econômicas. Deseja-se, assim, verificar a veracidade desta afirmação.

A teoria do ciclo político afirma que os governos manipulam as políticas macroeconômicas a fim de alcançarem o poder ou permanecerem nele. Com isso, o *policymaker*⁵ pode ser beneficiado por ganhar o poder, mas, por outro lado, pode prejudicar suas próprias políticas. E como já dizia Nordhaus:

“a teoria do ciclo político-econômico, que analisa a interação do sistema político com o sistema econômico, surge do fato óbvio de que os eleitores se preocupam

⁴ Kraemer, M. Electoral Budget Cycles in Latin America and Caribbean: Incidence, Causes and Political Futility. Working Paper Series, n.354. Office of the Chief Economist, Inter-American Development Bank, 1997b.

⁵ Definido como formulador de políticas, estrategista, planejador, regulador.

com a economia, enquanto os políticos se preocupam com o poder". (NORDHAUS, W., 1989⁶ apud BORSANI, H., 2003: 35)

Schumpeter (1942)⁷, citado em Borsani (2003), reforça o argumento acima, afirmando que os políticos visam obter votos, da mesma forma que os empresários buscam os lucros de seus negócios. Por isso, os políticos estão sempre preocupados em alcançar o poder, deixando a preocupação da economia para os eleitores.

Na década de 1970, surge o primeiro trabalho sobre as questões político-econômicas, o qual foi desenvolvido por Nordhaus (1975). Sua principal idéia era mostrar que durante os mandatos cada governo atuava de forma oportunista visando sempre à maximização dos votos, independente da versão partidária pertencente.

Por outro lado, Hibbs (1977) considerava que o elemento ideológico influenciava nas decisões políticas, assim, os políticos agiam com base na ideologia partidária e não eram chamados de oportunistas. Ambos os modelos foram estruturados partindo-se da idéia de que os eleitores possuíam expectativas adaptativas, isto é, votavam com base no passado e por isso cometiam erros. Com isso, estes modelos explicitam a grande ligação entre a economia e a política.

No entanto, estes modelos se diferenciam conforme o pensamento de Borsani (2003), pois no modelo de Nordhaus (1975) os governos oportunistas manipulam os instrumentos políticos para obterem bons resultados econômicos antes das eleições, com o intuito de se manterem no poder, porém, geram reduções nos níveis econômicos após as eleições. Já no modelo de Hibbs (1977), as preferências políticas e os resultados econômicos são distintos entre os partidos políticos, assim, os resultados variam de acordo com o partido que está no poder.

A partir da década de 1980, surgem os modelos baseados na hipótese das expectativas racionais. Estes novos modelos mantiveram o foco central dos modelos originais, apenas adicionando elementos complementares para realização de estudos mais profundos. Contudo, estes estudos apenas comprovaram a permanência dos ciclos político-econômicos, isto é, embora os ciclos fossem reduzidos neste período, ainda existiam de forma a demonstrar sua sobrevivência.

⁶ Nordhaus, W. *Alternative Models to Political Cycles*, Brookings Papers on Economic Activity, The Brookings Institution, 2, p. 1-50, 1989.

⁷ Schumpeter, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: George Allen and Unwin, 1942.

Alesina (1987)⁸, Rogoff (1990)⁹, entre outros, citados em Bittencourt (2002), são exemplos desses modelos, os quais afirmam que os eleitores não são ingênuos e, pelo contrário, são racionais o suficiente para não elegerem um político oportunista. Ou seja, eleitores racionais não cometem erros, pois já sabem que antes das eleições os políticos aplicam políticas expansionistas, porém, após elas praticam políticas contracionistas.

Para Borsani (2003), nestes modelos racionais os eleitores possuem comportamentos estratégicos. Por isso, ao se considerar a racionalidade dos eleitores, limita-se a capacidade dos políticos manipularem as variáveis econômicas. Isto é, ocorre redução das distorções econômicas que ocorriam nos modelos tradicionais.

O fato de ter sido ressaltado a importância das eleições e dos partidos políticos assinala um sistema político democrático, assim, Schumpeter (1975)¹⁰ define democracia como:

“o método democrático é um sistema institucional, para tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”. (SCHUMPETER, 1975 apud ARAÚJO E FILHO, 2010: 3)

Assim, com um sistema democrático, os eleitores podem escolher o seu candidato através dos votos, e os políticos podem maximizar sua competência, visando ganhar maior credibilidade e aumentar os seus votos para permanecerem no poder.

Na história da América Latina dos anos 1980 existiram pelo menos dois exemplos de comportamento oportunista, chamados por Borsani (2003) de *oportunistas de uma rodada só*, ou seja, que foram eficazes no primeiro pleito eleitoral, mas, com os desequilíbrios, fracassaram no segundo. É o caso do Plano Austral na Argentina, no governo de Alfonsín, o qual foi estabelecido antes das eleições de 1985; e o Plano Cruzado no Brasil, no governo de Sarney, adaptado antes das eleições de 1986.

Giambiagi e Além (2000) relatam dois exemplos de *ciclo político invertido*, os quais estão ligados a idéia de que o político deixa de aplicar políticas restritivas no início de seu mandato, gerando problemas inflacionários. Com isso, o político é obrigado a utilizar estas políticas no final de seu mandato, sendo prejudicado nas próximas eleições. O primeiro exemplo foi o do governo de Jimmy Carter nos Estados Unidos nos anos 1970, e

⁸ Alesina, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. Quarterly Journal of Economics. vol. 102, p. 651-678, 1987.

⁹ Rogoff, K. Equilibrium political budget cycles. The American Economic Review. vol. 80, p. 21-26, 1990.

¹⁰ Schumpeter, J. Capitalism, socialism and democracy. Nova York, Harper, 1975.

o segundo foi do governo Mitterrand na França nos anos 1980. Nos dois casos os governos não utilizaram a política *stop and go* do ciclo político tradicional, o que fez com que os candidatos da oposição vencessem as eleições.

Ao trazer esta idéia para o Brasil, verifica-se que pode ocorrer, por exemplo, uma queda do gasto público para alcançar um equilíbrio macroeconômico de longo prazo adequado. E esta medida é efetuada com mais facilidade no início de um governo do que no final dele. Então, o governo tem o desafio de conseguir a máxima confiança da população para atingir um bom resultado eleitoral.

Neste sentido, é importante analisar os efeitos das eleições sobre a estabilidade da economia, já que este é um assunto de grande importância para os debates econômicos atuais. A globalização da economia, principalmente a abertura comercial da década de 1980, influencia a política de modo a reduzir o controle dos governos sobre as variáveis econômicas.

Desta forma, deve-se considerar que apesar da vasta literatura existente sobre a teoria dos ciclos político-econômicos, os estudos referentes ao Brasil são poucos. Por isso, este trabalho visa acrescentar a esta literatura uma análise sobre as eleições dos estados brasileiros, objetivando verificar se existiram evidências de ciclos políticos no Brasil, entre 2002 e 2010.

Assim, diante diversas hipóteses de comportamento dos eleitores e dos *policymakers* (e partidos políticos), o quadro a seguir resume os principais autores das quatro vertentes dos modelos de ciclos político-econômicos.

Quadro 1 - Modelos de Ciclos Político-Econômicos:

ELEITORES	MODELOS	
	OPORTUNISTAS	PARTIDÁRIOS
TRADICIONAIS (expectativas adaptativas)	Nordhaus (1975)	Hibbs (1977)
RACIONAIS (expectativas racionais)	Person e Tabellini (1990)	Alesina (1987)
	Rogoff e Sibert (1988)	Alesina e Tabellini (1990)
	Rogoff (1990)	

FONTE: HUGO BORSANI (2003), quadro adaptado.

1.2 Os Modelos Tradicionais

Na primeira fase da teoria dos ciclos político-econômicos estão os modelos tradicionais, os quais são divididos em oportunista com Nordhaus (1975) e partidário com Hibbs (1977). Vale ressaltar que ambos os modelos se baseiam nas expectativas adaptativas, entretanto, possuem diferentes perspectivas sobre os partidos políticos e as preferências dos eleitores.

1.2.1 O Modelo Tradicional Oportunista

Há um grande consenso na literatura dos ciclos político-econômicos de que Nordhaus (1975) foi o pioneiro na discussão sobre este tema. O autor inicia a primeira fase da teoria dos ciclos políticos com o seu modelo oportunista.

Nordhaus (1975) segue o mesmo pensamento de Downs (1957), citado em Bittencourt (2002), de que o único objetivo dos políticos é a maximização dos votos, ou seja, eles manipulam a política econômica retirando-a do considerado nível ótimo, a fim de aumentar a possibilidade de se elegerem ou reelegerem.

Segundo Dows (1957), os partidos políticos são vistos como *maximizadores* de votos, assim, o processo político é maligno já que “(...) os partidos políticos não ganham eleições para formular políticas, mas formulam políticas para ganhar eleições”. (DOWNS, 1957 apud BORSANI, 2003: 57).

Desta forma, Downs (1957) afirma que tanto os políticos como os eleitores atuam com certa racionalidade, pois os políticos visam sempre melhorar suas capacidades manipulando as políticas econômicas em benefício próprio, já os eleitores, se comportam de modo racional ao analisar o desempenho de cada partido político no momento da escolha eleitoral.

O modelo oportunista de Nordhaus (1975) apresenta as seguintes premissas básicas:

- 1- “O principal objetivo dos partidos é manter-se no poder e, em virtude disso, intervêm na economia a fim de maximizar os votos nas próximas eleições.
- 2- Os resultados eleitorais dependem de forma significativa dos resultados econômicos.
- 3- Os governos podem, mediante suas decisões e instrumentos de política pública, gerar, antes das eleições, um maior crescimento produtivo e uma diminuição do desemprego e níveis não sustentáveis a médio prazo.
- 4- Os eleitores têm um comportamento eleitoral retrospectivo e míope”. (BORSANI, 2004: 121)

As premissas do modelo de Nordhaus (1975) são bastante coerentes, apesar de a primeira premissa ser criticada pelos modelos partidários, os quais não acreditam que a maximização dos votos seja o principal objetivo dos partidos políticos.

Outra premissa muito discutida é a que afirma que os eleitores possuem comportamento eleitoral retrospectivo e míope, ou seja, que “têm uma memória cadente de eventos passados” (NORDHAUS, 1975 apud FIALHO, 1996). Esta premissa ignora a racionalidade do eleitor, afirmando que ele sempre se baseia na experiência do passado para tomar suas decisões nas próximas eleições. Isto é, os eleitores não analisam a trajetória completa do político que está no poder, apenas se atentam ao último ano do mandato daquele governante.

Conforme afirma Borsani (2003), neste modelo oportunista de Nordhaus (1975), os governos maximizam as preferências dos eleitores (grupos homogêneos de indivíduos), próximo às eleições, para se manterem no poder. Desta forma, estabelecem políticas que aumentam a atividade econômica e diminuem o desemprego, antes das eleições. Contudo, gera-se inflação neste momento, a qual irá ser reduzida após as eleições, acompanhada por menor crescimento econômico e aumento do desemprego.

Deve ser ressaltado que neste modelo a capacidade eleitoral dos partidos políticos não é relevante e o eleitor não aplica o voto estratégico, já que não tem nenhuma ligação com os partidos, ficando livre para tomar suas próprias decisões políticas.

Entretanto, considerando a premissa que o eleitor é retrospectivo e míope, “(...) os eleitores se interessam pelos resultados das políticas e não se importam com os meios pelos quais esses resultados são alcançados (...)”. (BORSANI, 2003: 63)

Meneguín e Bugarin (2003) confirmam este pensamento:

“Segundo esse estudo (Nordhaus), ao perceber o efeito da economia no voto, o governante nacional decide aumentar a oferta da moeda em ano eleitoral de forma a conseguir incremento na produção do país e, assim, diminuir o desemprego. Em consequência, os eleitores reagem positivamente nas urnas, desconhecendo que o ato do governo federal gerará inflação, trazendo novos problemas à sociedade no futuro”. (MENEGUÍN E BUGARIN, 2003: 3)

Com isso, verifica-se que o modelo de Nordhaus (1975) está baseado nas expectativas adaptativas, as quais direcionam os políticos a escolherem a combinação perfeita de inflação e desemprego ao longo da Curva de Phillips de curto prazo, já que eles

possuem total controle sobre as políticas econômicas e, através disso, manipulam os eleitores nas vésperas das eleições.

Neste sentido, Nordhaus (1975) garante que os políticos se aproveitam de uma Curva de Phillips acelerada pelas expectativas junto à inocência dos eleitores irracionais para expandirem a economia antes das eleições, e gerarem recessão depois de eleitos. Assim, os eleitores não entendem o trade-off entre inflação e desemprego que ocorre na economia, ou seja, são ignorantes com respeito a relação inversa existente entre estas variáveis, sendo facilmente enganados pelos políticos. Portanto, o político oportunista se elege a custa do eleitor irracional.

Nas palavras de Nordhaus:

“(...) we assume that while households are rational in their preferences, they are ignorant of the macro-economic trade-off, given that they do not know how well or badly policy makers are doing relative to objective possibilities, households rely on past experience in their political decisions.” (NORDHAUS, 1975: 172)

Como complemento do modelo tradicional oportunista de Nordhaus (1975), surge a análise de Tufte (1978)¹¹, citado em Fialho (1996), o qual direciona mais o seu foco para a prática de políticas fiscais no período pré-eleitoral, já que estas trazem resultados favoráveis aos políticos devido a sua rapidez de implantação. Ao utilizar a política fiscal para cumprir seus objetivos eleitorais, os governantes propagam os ciclos políticos, assim como no modelo de Nordhaus.

No entanto, estes modelos tradicionais oportunistas foram alvos de várias críticas. Entre elas, destaca-se a de Drazen (2000b)¹², citado em Bittencourt (2002), o qual critica o modelo de Nordhaus (1975) em três aspectos: primeiro, porque o modelo afirma que é o Poder Executivo que comanda as variáveis monetárias, o que não é consistente com a idéia que instituições podem ser independentes da política monetária; segundo, porque o modelo relata que o eleitor é “ingênuo” quanto às suas decisões, mas acredita-se que depois de ter participado de um ciclo político, o eleitor não mais deixará ser manipulado pelo político oportunista; terceiro, critica-se o papel da Curva de Phillips em reduzir o desemprego via surpresa inflacionária.

¹¹ Tufte, E. Political Control of the Economy. Princeton, N J: Princeton University Press.1978.

¹² Drazen, A. The Political Business Cycle After 25 Years. Working Paper, University of Mariland, Hebrew University of Jerusalem and NBER, Maio, 2000b.

Outra crítica a estes modelos é relatada por Frey e Schneider (1981)¹³, citados em Martins (2002), onde afirmam que o modelo é falho, pois simplifica os agentes em políticos e eleitores. Assim, ao desconsiderarem a presença de outros elementos, como por exemplo, os grupos de interesse, pecam ao garantirem a existência de ciclos político-econômicos junto a esta simplificação.

A partir destas visões, embora seja afirmado que os eleitores não entendem muito a respeito da economia, estes conhecem bem os seus próprios gostos e, com isso, uma alternativa para a solução destes problemas seria explorarem melhor as informações já conhecidas.

1.2.2 O Modelo Tradicional Partidário

Com uma visão diferente de Nordhaus (1975), ainda na primeira fase do ciclo político, destaca-se o trabalho de Hibbs (1977), o qual ressalta o modelo tradicional partidário, cuja ideologia partidária é o principal fator a ser discutido. O modelo considera que cada partido político tem um sistema de idéias diferente, pensando sempre em beneficiar os eleitores que o elegeu.

Borsani (2003) afirma que no modelo partidário a determinação dos partidos não é somente atingir o poder, mas sim obter governos que programem políticas partidárias mantidas por suas bases de apoio eleitoral. Neste modelo, os eleitores possuem preferências variadas conforme a situação econômica vigente, isto é, os eleitores não formam mais grupos homogêneos.

Por isso, no modelo de Hibbs (1977), o foco é dado para a ideologia partidária, ignorando a idéia de maximização dos votos proposta no modelo de Nordhaus (1975). Assim, Hibbs diz que:

“A idéia de que os presidentes atribuem a maior importância à maximização do apoio eleitoral (votos) implica uma caracterização questionável sobre o comportamento típico dos governos em política macroeconômica. (...) as prioridades econômicas e os resultados (dos partidos no governo) são ocasionalmente afetados pelo calendário eleitoral, mas dependem de forma mais

¹³ Frey, B. S. and F. Schneider. "Recent Research on Empirical Politico-Economic Models," in Contemporary Political Economy. D.A. Jr. Hibbs and H. Fassbender eds: North-Holland Publishing Company, 1981.

sistemática da orientação política do partido na presidência”. (HIBBS, D., 1987¹⁴ apud BORSANI, H., 2003: 70)

Assim, este modelo partidário de Hibbs (1977) continua a considerar que os eleitores possuem expectativas adaptativas, que os políticos possuem total controle sobre as políticas econômicas e que existe um trade-off entre inflação e desemprego, da mesma forma como já afirmava o modelo de Nordhaus (1975).

De acordo com este modelo partidário de Hibbs (1977), o ciclo político-econômico é reflexo da rotatividade dos distintos partidos no poder. No geral, os partidos de direita têm maior preocupação com a inflação, ao passo que, os partidos de esquerda focam mais a atenção no combate ao desemprego. Por isso, as classes sociais altas escolhem os partidos de direita e as classes sociais baixas optam pelos partidos de esquerda. Assim, o partido eleito usará a sua própria ideologia como referência ao tomar suas decisões políticas.

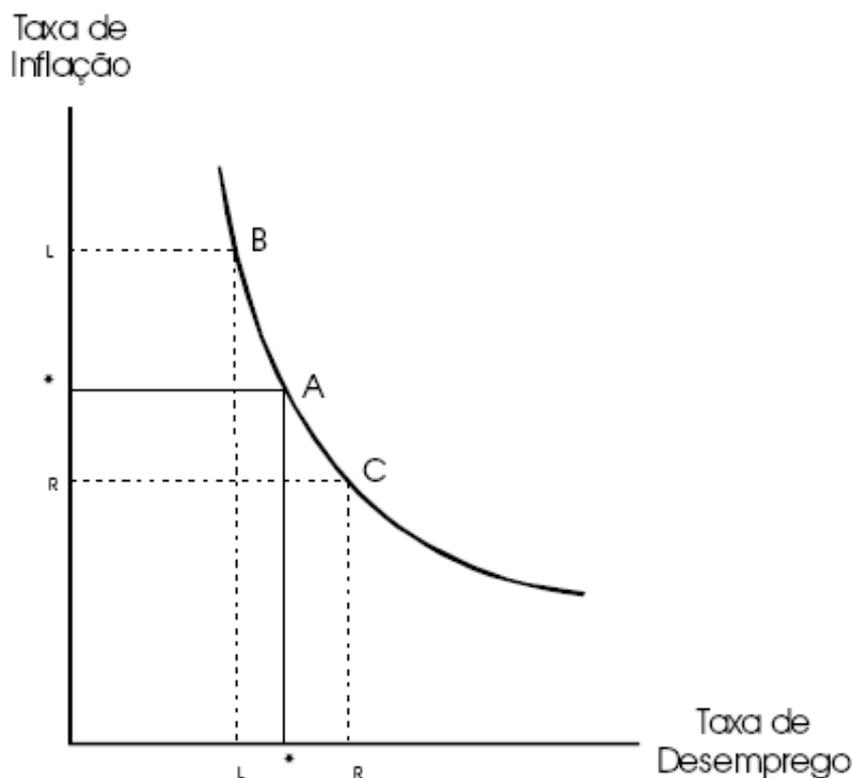
Nas palavras de Hibbs:

“The general conclusion of the study is that the macroeconomics policies pursued by left and right wing governments are broadly in accordance with the subjective preferences of their class defined core political constituencies”. (HIBBS, 1977: 1468)

Deste modo, Cançado e Araujo (2004) garantem que ao se supor que a economia esteja no pleno emprego (ponto A do gráfico I), se um partido de esquerda se eleger, a política econômica empregada será a expansionista, já que este partido possui maior interesse em reduzir o desemprego. Isto ocorre no ponto B do gráfico I, o que causaria geração de empregos à custa de um aumento inflacionário. Por outro lado, se um partido de direita vencer as eleições, como o seu foco é o combate a inflação, será aplicada uma política econômica restritiva. No gráfico I, este fato está representado pelo ponto C, o que implicaria uma redução da inflação levando ao aumento do desemprego, podendo ocasionar períodos de recessão econômica.

¹⁴ Hibbs, D. *The American Political Economy: Macroeconomics and Electoral Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

Gráfico I: Curva de Philips de Curto Prazo



FONTE: CANÇADO E ARAUJO (2004)

Portanto, os partidos de esquerda tendem a aplicar políticas econômicas expansionistas, preferindo uma Curva de Phillips com mais inflação e menos desemprego, enquanto, os partidos de direita tendem a políticas econômicas restritivas, com uma Curva de Phillips com mais desemprego e menos inflação. Isto é, a situação em que a economia se encontra na Curva de Phillips conecta-se com o objetivo do partido político.

Desta forma, a inflação tende a permanecer mais alta durante o governo do partido de esquerda do que durante o governo do partido de direita. Assim, o objetivo dos partidos políticos são distintos, pois visam favorecer grupos de eleitores diferentes.

Neste sentido, Borsani (2003) ressalta um importante argumento a respeito das premissas do modelo partidário de Hibbs:

“As premissas do modelo partidário de Hibbs correspondem às premissas da teoria keynesiana: uma inter-relação constante a longo prazo entre inflação e desemprego (exemplificado na famosa “curva de Phillips”) como uma relação estável e previsível pelos governantes. De acordo com a teoria de Keynes, a demanda agregada determinava o nível de atividade econômica. Os governantes teriam a capacidade de manipular os níveis de demanda interna, através de

estímulos fiscais ou monetários, para dinamizar a atividade econômica e obter pleno emprego”. (BORSANI, 2003: 74-5)

Uma das premissas mais discutíveis dos modelos partidários, segundo Borsani (2003), é que os partidos políticos e seus eleitores possuem preferências fixas, apesar delas serem distintas. A questão gira em torno da idéia de que estas preferências são fixas, até mesmo diante dos mais variados problemas econômicos, o que pode causar conflitos ainda maiores.

Tufte (1978), citado em Borsani (2003), propõe um pensamento diferente de Nordhaus (1975), assemelhando-se mais com o modelo de Hibbs (1977). Tufte afirma que os políticos querem se manter no poder para melhorarem apenas duas variáveis importantes: renda e desemprego, o que difere do modelo de Nordhaus, pois este foca sua teoria em variáveis macroeconômicas. E Tufte afirma que a ideologia dos partidos é importante e pode distinguir o tipo de política manipulada antes das eleições, o que se assemelha ao modelo de Hibbs.

O modelo tradicional partidário de Hibbs (1977) recebe uma crítica de Beck (1982)¹⁵, citado em Fialho (1996), o qual afirma que devido os partidos políticos possuírem diversas gerências é improvável que ocorra um consenso a respeito de uma variável econômica. Assim, o partido não é um bom elemento político para interpretação dos resultados econômicos. Ou seja, os partidos têm coalizões temporárias.

Beck (1982) também critica Hibbs (1977) pelo descuido em relação à seriedade do setor privado em comprometer a economia, e por não ter sido considerada as expectativas racionais dos agentes quanto ao sistema político-econômico. Isto é, estes são os pontos ditos como fracos do modelo tradicional partidário de Hibbs, de acordo com Beck.

Deste modo, os modelos tradicionais apresentados acima contribuem para a teoria dos ciclos político-econômicos, de forma a expandir esta literatura. Com isso, a divisão entre oportunistas e partidários destaca a evolução que esta teoria sofreu nos anos 1970. Foram ressaltadas as semelhanças e as diferenças entre os modelos o que é relevante para o entendimento destes. Junto a isso, acrescentaram-se as críticas aos modelos com intuito de melhor esclarecê-los.

¹⁵ Beck, N. “Parties, administrations and American macroeconomic outcomes”, *American Political Science Review* 26, p. 83-94, 1982.

1.3 Os Modelos Racionais

A partir da década de 1980, como já mencionado anteriormente, surge a segunda fase do ciclo político-econômico, a qual seguiu a idéia da hipótese das expectativas racionais. De acordo com Cançado e Araujo (2004), as expectativas racionais são definidas como:

“As expectativas racionais não são nada mais que as esperanças matemáticas implicadas pelo modelo e condicionadas pela informação disponível no momento em que são formadas. Assim, qualquer mudança de política monetária ou fiscal irá alterar as expectativas futuras dos eleitores”. (CANÇADO E ARAUJO, 2004: 10)

Esta segunda fase também foi dividida entre o modelo oportunista, com destaque para o trabalho de Rogoff (1990) e o modelo partidário, com ênfase para o trabalho de Alesina (1987).

Os eleitores agora eram vistos como “racionais”, então, passam a ter conhecimento sobre o funcionamento da economia, assim, não baseando mais suas escolhas políticas no passado. Isto é, os eleitores agora possuem competência para aprender com seus próprios erros.

Desta forma, Sargent e Wallace (1975)¹⁶, citado em Fialho (1996), já discutiam junto ao estudo de Nordhaus (1975) que se os agentes fossem racionais não existiria a opressão pelos governos através da Curva de Phillips, já que estes não poderiam manipular os instrumentos políticos. Portanto, o ciclo político proposto no modelo de Nordhaus tenderia a desaparecer.

Com isso, Preussler e Portugal (2003) afirmam que a partir do momento que um eleitor presencia um ciclo político, não será mais enganado por políticos oportunistas, já que percebe que uma melhora na economia antes das eleições, será seguida por uma recessão após estas.

¹⁶ Sargent, T.; Wallace, N. “Rational expectations, the optimal monetary instrument, and the optimal money supply rule”. *Journal of Political Economy* 83, p. 241-54, 1975.

1.3.1 O Modelo Racional Oportunista

A primeira parte desta segunda fase do ciclo político é a racional oportunista, sendo representada pelos trabalhos de Person e Tabellini (1990)¹⁷, Rogoff e Sibert (1988)¹⁸ e Rogoff (1990), citados em Bittencourt (2002).

Segundo Borsani (2004), este modelo considera dois conceitos como importantes: a assimetria de informações entre eleitores e governos, e a competência dos governos. A premissa básica do modelo é que os políticos estão mais bem informados do que os eleitores sobre sua própria capacidade de governança, assim, mostrando-se mais eficientes ao realizarem a manipulação da política econômica para obterem resultados favoráveis, mesmo com os eleitores sendo racionais.

Desta forma, os políticos utilizam sua superioridade de conhecimento em benefício próprio:

“(...) a contribuição mais relevante desses estudos sobre ciclos políticos é que, inclusive nas interações com alto grau de comportamento estratégico entre eleitores e políticos, o governo possui a capacidade de obter e explorar uma vantagem informativa, o que a teoria de jogos chama de jogo de informação assimétrica”. (KEECH, 1995¹⁹ apud BORSANI, 2003: 78)

Apesar disso, Borsani (2003) afirma que os governantes terão dificuldades para manipular a economia antes das eleições, devido os eleitores serem racionais. Com isso, se ocorrer manipulação por parte do *policymaker*, esta terá efeitos mais reduzidos após as eleições, quando comparados com os das eleições realizadas por eleitores irracionais. A análise central deste modelo racional passa a ser um controle econômico mais direto do governo, através da política fiscal e monetária.

Neste sentido, o modelo de Person e Tabellini (1990), citados em Bittencourt (2002), considera os preços rígidos, pensando no trade-off entre inflação e desemprego da Curva de Phillips de curto prazo. O modelo afirma que o governante aplica uma política monetária expansionista, antes das eleições, visando reduzir o desemprego sem elevar os preços.

¹⁷ Person, T.; G. Tabellini. “Macroeconomic Policy, Credibility, and Politics”. Harwood Academic Publishers, 1990.

¹⁸ Rogoff, K.; Sibert, A. "Elections and Macroeconomic Policy Cycles." Review of Economic Studies, LV, 1988.

¹⁹ Keech, R. “Economic politics: The costs of democracy”. Cambridge, New York and Melbourne: Cambridge University Press, 1995.

Porém, somente os políticos competentes conseguirão este resultado, isto é, elevar o nível de crescimento do produto acima do natural, enquanto os incompetentes, não o alcançarão. Com isso, no ano da eleição, a inflação estará acima das expectativas dos eleitores se o político eleito for o competente, e abaixo, se for o incompetente.

Martins (2002) afirma que o modelo de Person e Tabellini (1990) apresenta o mesmo comportamento do modelo de Nordhaus (1975), mas com a diferença que os ciclos políticos gerados por este modelo racional afetam a economia de forma menos intensa e, também, só são evidenciados em épocas muito próximas às eleições.

Diferente do modelo anterior, o modelo de Rogoff e Sibert (1988), citados em Bittencourt (2002), afirma que os políticos tendem a adotar uma política fiscal expansionista em épocas pré-eleitorais, a fim de aumentarem suas possibilidades de reeleição. Com isso, tentam mostrar que são competentes, já que criam um ambiente com redução dos impostos.

Entretanto, isto piora a situação da economia nos anos seguintes a eleição, já que gera inflação e eleva a dívida pública, fazendo com que os políticos sejam obrigados a aplicarem políticas fiscais e monetárias restritivas após a eleição. Desta forma, a idéia geral do modelo é que somente os políticos competentes conseguem criar ciclos políticos orçamentários.

De acordo com Preussler e Portugal (2003), os ciclos políticos orçamentários ocorrem devido à assimetria de informações entre políticos e eleitores. Já que os eleitores não conhecem a capacidade do político de administrar os recursos de forma eficiente, este procura expandir a quantidade de bens públicos disponíveis, já que possui vantagem de informação da produção destes bens.

Deste modo, os eleitores preferem os governantes mais competentes, pois estes utilizam menos receita do que os outros. Porém, devido à assimetria de informações, os eleitores se baseiam em informações defasadas, já que os governantes manipulam estas informações.

Assim, Araújo e Filho (2010) afirmam que os governos esperam o período pré-eleitoral para avaliarem o seu nível de competência. Neste momento, os governos dão choques de competência, aplicando políticas que interfiram diretamente nos resultados das eleições. Desta forma, o choque é visto como positivo, pois aumenta a possibilidade de reeleição do político, determinando o seu grau de competência.

Já o modelo de Rogoff (1990), também citado em Bittencourt (2002), sugere que deve ser reduzido o uso de política fiscal nos anos de eleições, optando-se por planos orçamentários bienais. Entretanto, essas ações apresentariam custos e sua eficácia seria reduzida ao longo do tempo.

Segundo Araújo e Filho (2010), o modelo Rogoff (1990) também se aprofunda ao incorporar a variável gasto público. Assim, o aumento do gasto pelo governo significa um choque de competência, podendo ser exemplificado no Brasil pela criação de obras antes das eleições.

Martins (2002) confirma o pensamento dos políticos competentes se sobressaírem ao afirma que: “(...) os modelos oportunistas racionais estão a assumir que os ciclos politicamente induzidos são o preço a pagar por ter no poder um governo eficiente, o que não deixa de ser uma constatação, à partida, intrigante”. (MARTINS, 2002: 12)

Por isso, entende-se que nestes modelos racionais oportunistas, o governante visa sempre, nos períodos eleitorais, mostrar aos eleitores a sua máxima capacidade administrativa, e através disso, aumentam sua oportunidade de reeleição. Entretanto, fica evidente que os governantes ditos mais competentes são os que geram maior instabilidade econômica, através da criação de ciclos políticos.

1.3.2 O Modelo Racional Partidário

Já nos fins dos anos 1980, surge a segunda vertente desta segunda fase, a qual destaca um modelo racional partidário que se baseia nos trabalhos de Alesina (1987) e Alesina e Tabellini (1990)²⁰. Este modelo considera as expectativas racionais e, também, a incerteza das preferências dos eleitores, o que leva a insegurança das políticas econômicas.

Segundo Alesina, citado em Borsani (2004), os partidos podem ter objetivos e incentivos diferentes, já que não há certeza da preferência dos eleitores, ou seja, os resultados das eleições são imprecisos, o que leva a formação de ciclos político-econômicos. Assim, seria a presença do partido político no poder que determinaria a política econômica, ficando de lado a questão do oportunismo. Isto é, o crescimento do produto e do desemprego são distintos conforme com o partido eleito.

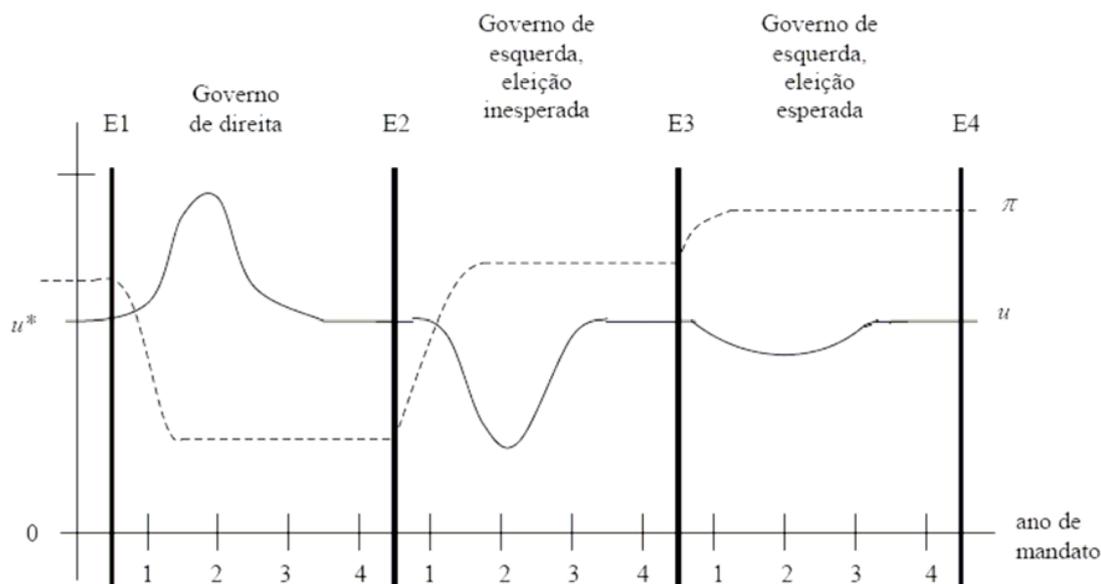
²⁰ Alesina, A., Tabellini, G. “A Positive Theory of Fiscal Deficits and Government Debt”. Review of Economic Studies, n. 57, 1990.

O modelo de Alesina (1987), citado em Bittencourt (2002), foi uma reformulação dos modelos tradicionais partidários. Neste modelo, mesmo os eleitores sendo racionais, não conseguem definir qual partido será eleito e, assim, qual será a política adotada no próximo ano.

De acordo com Martins (2002), o modelo de Alesina (1987) incluiu a idéia de uma Curva de Phillips com contratos salariais, onde existe uma relação inversa entre o crescimento real do produto e o crescimento real dos salários. Através disso, os trabalhadores (eleitores) negociam seus salários sempre preocupados em adquirir um reajuste satisfatório para manter seu poder de compra.

Neste sentido, o modelo de Alesina (1987) se baseia em uma Curva de Phillips com expectativas racionais, onde o político tem total controle sobre a combinação de inflação e desemprego viável ao seu partido. Nos anos de eleição, os trabalhadores firmam seus salários para os anos seguintes, atentando-se somente para a possibilidade que cada partido tem de vencer, ou seja, não atribuem importância ao desempenho econômico desses partidos.

Gráfico II: Modelo Partidário com Expectativas Racionais de Alesina



FONTE: PREUSSLER E PORTUGAL (2003)

Com isso, Preussler e Portugal (2003) afirmam que se o partido de direita vencer as eleições, o aumento do salário será maior do que a taxa de inflação (π), levando ao aumento do desemprego (μ). Já se o partido de esquerda ganhar o poder, o aumento salarial será menor do que a taxa de inflação, assim, haverá menor desemprego. Isto pode ser observado no gráfico II, o qual mostra também que os partidos só conseguem manter suas ideologias no primeiro ano de seus mandatos. Assim, os ciclos políticos serão mais intensos quanto maior forem as diferenças das ideologias partidárias.

Cabe ressaltar que a idéia deste modelo racional partidário é um tanto quanto inviável para a economia brasileira, tendo em vista que no Brasil o sistema é pluripartidário, não tendo somente um partido de direita e um partido de esquerda. Este modelo foi elaborado, especificamente, para o sistema bipartidário dos Estados Unidos.

Outro modelo ressaltado em seguida foi o de Alesina e Tabellini (1990), citados em Cançado e Araujo (2004), o qual afirma que os ciclos político-econômicos surgem devido ao conflito existente entre os políticos presentes e os futuros. No momento em que o político atual percebe que não será reeleito, aumenta a dívida pública de modo a afetar a vitória de seu sucessor.

Nas palavras de Alesina e Tabellini (1990):

“(...) in the presence of disagreement between current and future policymakers, public debt is used strategically by each government to influence the choices of its successors.” (ALESINA E TABELLINI, 1990 apud CANÇADO E ARAUJO, 2004: 15)

Desta forma, foram apresentados os modelos racionais que marcaram os anos 1990, principalmente, através da introdução das expectativas racionais. Estes modelos foram vistos como uma expansão dos modelos tradicionais, de modo que contribuíram para os estudos mais intensos de casos de constatação de ciclos político-econômicos.

Assim, os resultados teóricos das quatro vertentes da teoria dos ciclos políticos foram apresentados de forma a dar um panorama geral desta teoria sob diferentes ângulos. Com isso, procurou-se relatar o comportamento dos diversos modelos diante as variáveis e políticas econômicas.

1.4 Evidências Empíricas de Ciclos Político-Econômicos

Existem vários trabalhos que tentaram comprovar a teoria dos ciclos políticos através de estudos empíricos. Segundo Preussler e Portugal (2003), estes estudos foram divididos em dois grupos de testes empíricos. Um primeiro grupo com tendência pós-eleitoral baseados nas variáveis econômicas: crescimento do produto, desemprego e inflação, e um segundo grupo com enfoque pré-eleitoral para as variáveis: emissão monetária, taxa de câmbio, arrecadação de impostos, transferências e gastos governamentais.

Quanto ao âmbito internacional, Fialho (1996) afirma que a maioria destes estudos empíricos foram direcionados aos Estados Unidos e a Europa. Nordhaus (1975), por exemplo, realizou um estudo com nove países, entre 1947-1972, o qual relatou a presença de ciclos políticos sobre a taxa de desemprego para Alemanha, Nova Zelândia, Estados Unidos, França e Suécia. Já Austrália, Canadá, Japão e Inglaterra não tiveram o mesmo resultado, pois não apresentaram evidências de ciclos políticos sobre esta variável. Com isso, apesar da fraca comprovação empírica com relação à presença de oportunismo político, o estudo de Nordhaus apresentou um importante resultado estatístico.

O estudo realizado por Tufte (1978), citado em Fialho (1996), comprovou que de oito eleições presidenciais analisadas nos Estados Unidos, entre 1946 e 1976, seis tiveram taxas de desemprego mais baixas naqueles anos do que em outros. Assim, foi constatada a presença de ciclos políticos nos Estados Unidos neste período.

Ainda de acordo com Fialho (1996), Hibbs (1977) também realizou um estudo empírico cujo foco eram os países da OCDE e Estados Unidos. Com esta análise, foi revelado que nos países comandados pelos partidos de esquerda havia baixo desemprego e alta inflação, já nos países com partidos de direita à frente, predominava alto desemprego e baixa inflação. Então, evidenciou-se que quando os governos eram conservadores a taxa de desemprego tendia a ser crescente, já nos governos democráticos, esta diminuía.

Borsani (2003) realizou um trabalho para os países da América Latina, semelhante ao de Hibbs (1977), onde buscou relacionar ideologia partidária e resultados macroeconômicos, entre 1979 e 1998. Após as análises, concluiu-se que a taxa de desemprego do partido de esquerda no poder era menor do que quando partidos de direita governavam, o que comprovava o estudo de Hibbs.

Blais e Nadeau (1992)²¹, citados em Bittencourt (2002), realizaram um estudo para o Canadá, onde foram analisadas dez províncias, entre 1951 e 1984. O trabalho focou os gastos públicos e as despesas do governo. Foram constatadas evidências de ciclos políticos para estas variáveis, com exceção ao setor agrícola.

Gonzalez (1999)²², também citado em Bittencourt (2002), fez um trabalho relacionando nível de democracia e ciclos políticos. O estudo abordou 43 países entre 1950 e 1997. Após as análises, a conclusão foi que quando um país tem baixo nível de democracia não há evidência de ciclos políticos. Quando um país tem alto nível de democracia, existe transparência, então, os eleitores conhecem a competência dos políticos. Já quando o nível de democracia é intermediário, a presença de ciclo político é muito intensa.

O trabalho de Petterson-Lidbom (2001)²³, citado em Sakurai (2005), é outro exemplo de estudo empírico. Este trabalho está relacionado ao modelo racional oportunista, pois explica até que ponto os eleitores são racionais e conseguem fazer uma avaliação correta dos candidatos. O estudo consistiu em uma análise das eleições municipais suecas, entre 1974 e 1998, as quais são executadas de quatro em quatro anos, assim como no Brasil. Através de análises econométricas, foram constatadas evidências de ciclos políticos racionais nestas eleições, principalmente com respeito à variável despesa. Com isso, ficou claro que os choques de competência influenciam a possibilidade de reeleição do político.

Martins (2002) efetuou um estudo para o caso de Portugal, entre 1985 e 2002. O autor encontrou evidências de oportunismo político sobre a política monetária durante este período, sendo o Banco de Portugal o maior responsável por este fato. E para o ano de 1991, confirmou oportunismo na política orçamentária, o que ocorreu devido o aumento dos gastos públicos.

No Brasil, a situação não foi diferente, já que as evidências de ciclos políticos também foram comprovadas. Paiva (1994)²⁴, citado em Fialho (1996), afirma que uma estratégia do governo para melhorar seu desempenho eleitoral pode levar a uma conduta

²¹ Blais, A.; Nadeau, R. The electoral budget cycle. *Public Choice*, v.74, n.4, p. 390-403, 1992.

²² Gonzalez, M. Political Budget Cycles and Democracy: A Multi-Country Analysis. Working Paper, Department of Economics, Princeton University, 1990.

²³ Petterson-Lidbom. A test of the rational electoral-cycle hypothesis. 2001. Disponível [Online] em: <http://www.courses.fas.harvard.edu/~gov3007/Electoralcycle.doc>. Setembro 20, 2002.

²⁴ Paiva, C. "Interesses eleitorais e flutuações de preços em mercados regulados". *Revista de Economia Política* 4 (56), outubro/dezembro, p. 31-40, 1994.

cíclica dos preços regulados. Em seu estudo sobre o preço da gasolina no Brasil, entre 1969 e 1984, Paiva mostrou que o preço da gasolina foi ajustado abaixo da taxa de inflação nos anos eleitorais, já em anos sem eleições, o preço ficou sempre acima da inflação. Assim, esta análise constatou evidência de ciclo político sobre o preço da gasolina, pois esta ficou mais barata em épocas de eleições e mais cara em períodos não eleitorais.

Outro estudo realizado no Brasil foi o de Fialho (1997)²⁵, citado em Preussler e Portugal (2003), no qual se analisou o período entre 1950 e 1995. Encontraram-se evidências de ciclos políticos para as variáveis: emissão de moeda e produto real bruto. Assim, esta comprovação de ciclos políticos, no Brasil, derivou-se da expansão monetária.

Bonomo e Terra (1999)²⁶, citados em Preussler e Portugal (2003), realizaram um estudo sobre a política cambial do Brasil, entre 1964 e 1997. Foi concluído que a taxa de câmbio tende a ser mais valorizada nos períodos pré-eleitorais, ao passo que, esta tende a ser mais desvalorizada após as eleições. Assim, estes resultados evidenciaram que os ciclos políticos foram mais significativos no regime democrático do que na época da ditadura.

Blanco (2000a, b e c)²⁷, citado em Bittencourt (2002), promoveu um trabalho para os estados brasileiros, no período entre 1985 e 1997. A análise foi para a variável despesa do governo, na qual foi comprovada evidências de ciclos políticos. A conclusão do estudo mostrou que os gastos do governo podem aumentar em até 15% em épocas eleitorais.

Preussler e Portugal (2003) também realizaram um estudo para verificar a existência de ciclos políticos no Brasil, entre 1980 e 2000. O resultado comprovou esta evidência para a variável taxa de inflação. Porém, não existem evidências de oportunismo político para as variáveis taxa de crescimento do produto e taxa de desemprego. Isso representa a grande preocupação dos políticos controlarem a inflação neste período, devido à terrível experiência da década de 1980.

²⁵ Fialho, T. Testando a Evidência de Ciclos Políticos no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v.51, n. 3, p. 379-389, julho/ setembro, 1997.

²⁶ Bonomo, M.; Terra, C. *The Political Economy of Exchange Rate Policy in Brazil: 1964-1997*. Textos para Discussão. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, março, 1999.

²⁷ Blanco, F. Política Fiscal nos Estados Brasileiros. www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/wkpapers.php3, fevereiro, 2000a.

Blanco, F. *Comportamento Fiscal dos Governos Estaduais Brasileiros: Determinantes Políticos e Efeitos sobre o Bem-Estar dos Estados*. V Prêmio do Tesouro Nacional – Federalismo Fiscal, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, outubro, 2000b.

Blanco, F. *Comportamento Fiscal dos Estados Brasileiros e seus Determinantes Políticos*. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia. Campinas: Anpec, dezembro, 2000c.

Sakurai e Gremaud (2007)²⁸, citados em Araújo e Filho (2010), estudaram o comportamento da variável gasto público para os municípios paulistas do Brasil, entre 1989 e 2001. E mais uma vez foi comprovada evidência de influência eleitoral sobre esta variável. Ou seja, os gastos públicos tendem a aumentar em períodos de eleições.

Os estudos empíricos tanto do Brasil como os da literatura internacional apresentaram diversos resultados, de acordo com cada método utilizado, variáveis e períodos analisados. A existência de ciclos político-econômicos no Brasil é algo muito discutido, por isso, o presente estudo visa contribuir para tal esclarecimento.

Deste modo, procurou-se apresentar a teoria dos ciclos políticos desde seu início nos anos 70, até os dias de hoje, demonstrando assim a sua evidente evolução. Portanto, o grande problema a ser revelado neste trabalho, é se existem evidências destes ciclos políticos nas eleições para governadores do estado de São Paulo e Minas Gerais, no período de 2002 a 2010. Se comprovadas estas evidências, deseja-se verificar os efeitos do ciclo político sobre as variáveis econômicas.

E, além disso, busca-se a identificação destes ciclos políticos com o intuito de impedi-los, principalmente para evitar um aumento excessivo dos gastos públicos em épocas pré-eleitorais e controlar a instabilidade da economia brasileira.

²⁸ Sakurai, S. Ciclos eleitorais, reeleição e déficit fiscal nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel. USP, Tese de Doutorado. São Paulo, 2007.

2 UMA ANÁLISE GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS

2.1 Introdução

O principal objetivo deste capítulo é mostrar a importância dos estados de São Paulo e de Minas Gerais para a economia brasileira. Ambos estados, desde o início do descobrimento do Brasil, contribuíram para o crescimento do país.

Um aspecto relevante que merece ser destacado foi a chamada política do café-com-leite no período de 1898 a 1930, a qual envolveu esses dois estados brasileiros. Esta se constituía em uma política de revezamento de poder na República Velha. São Paulo representava um grande produtor agrícola e Minas Gerais era o maior produtor de leite. Com isso, o poder sempre esteve nas mãos da elite agrária, de forma que as fraudes eleitorais eram frequentes, através do voto de cabresto²⁹.

Assim, a grande consequência da política do café-com-leite foi a criação de um falso federalismo no Brasil neste período, o qual tinha apenas esses dois estados no poder, contrariando o conceito de federalismo que afirma que deve existir igualdade de poder entre os estados de uma federação.

Tanto São Paulo como Minas Gerais investiram em seus mercados e em infraestrutura, fazendo com que o crescimento econômico expandisse rapidamente e de forma mais intensa do que nos outros estados brasileiros. Desta forma, ambos estados foram alvos de atração das migrações, levando ao aumento de suas populações, o que os colocou em posição de destaque no Brasil.

Este trabalho será realizado com foco a partir dos anos 1980 devido a grande relevância destes para a economia brasileira. A década de 1980 foi um período de muitas mudanças para o Brasil, como por exemplo, o rompimento do intenso crescimento econômico decorrente dos anos 1970. Nesta época, fatos como o aumento da dívida externa, elevadas taxas de inflação e profunda crise do Estado, no Brasil, caracterizaram a década de 1980 como “década perdida”.

A seguir serão contextualizadas informações sobre o Estado de São Paulo e de Minas Gerais, iniciando-se com um breve exame do mapa de cada um dos estados, depois focando o panorama de suas economias, principalmente, a partir da década de 1980, em

²⁹ Voto que não era secreto.

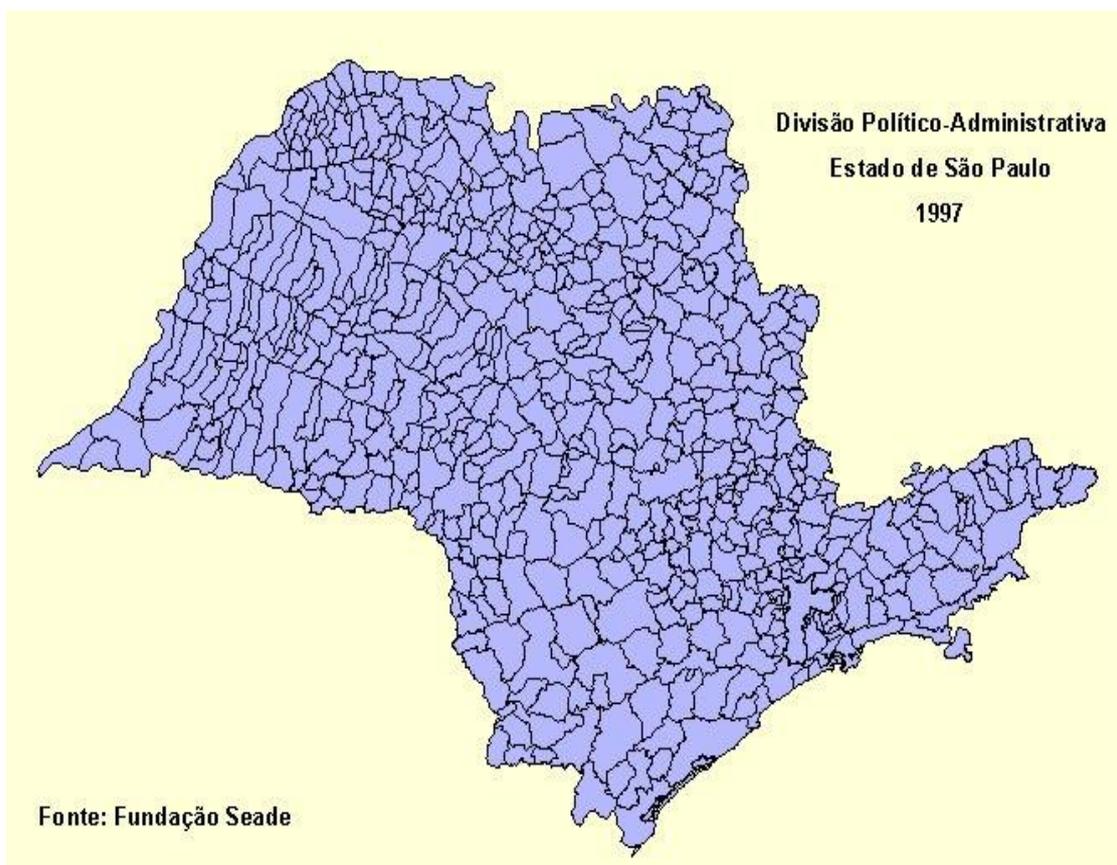
seguida, decorrem-se as análises de suas atividades setoriais (agropecuária, indústria e serviços), e por fim, destaca-se a evolução das populações e dos empregos destes estados.

2.2 O Estado de São Paulo

De acordo com a Seade, o Estado de São Paulo é constituído por 645 municípios, distribuídos em 42 regiões de governo, 14 regiões administrativas e 3 regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista e Campinas). Sua área total equivale a 2,91% da superfície do Brasil.

Nos últimos 50 anos, este Estado passou por várias transformações socioeconômicas, o que levou a um forte processo de redistribuição populacional. Segundo a Seade, a região metropolitana é líder em termos econômicos e populacionais no Estado. Em 2005, esta região abrangia 47,9% da população paulista.

O Estado de São Paulo é conhecido como a locomotiva do Brasil por possuir o maior PIB do país, a maior população e por apresentar, no geral, bons indicadores econômicos. As condições de vida neste Estado também o colocam como um representante líder do país.



2.2.1 A Economia Paulista na Década de 1980

O Estado de São Paulo apresentou uma intensa industrialização e modernização em sua estrutura produtiva na década de 1980. Nesta época, o Estado acolhia 21% da população do país.

Quanto à agropecuária, São Paulo produzia 14% do total nacional, e ainda concentrava 34% da produção terciária do Brasil. Com a crise inflacionária deste período, a taxa de crescimento da economia paulista ficou em 2,1%, conforme afirmam Cano e Semeghini³⁰, citado em Bulascoschi e Soares (1992).

Desta forma, nos anos 1980, a economia brasileira sofreu com a instabilidade macroeconômica, gerando hiperinflação e queda de investimento produtivo. No geral, a população brasileira enfrentou péssimas condições de vida neste período, e São Paulo foi bastante afetado pela crise, embora, continuou intensificando seu processo de urbanização.

Na década de 1980, a composição do PIB paulista apresentou uma estagnação do setor secundário, junto a um crescente aumento do setor terciário. Devido à modernização do setor terciário, este teve papel fundamental no crescimento econômico deste período.

Portanto, verifica-se que os anos 1980 tiveram um crescimento lento mesmo em meio à crise, conseguindo manter a heterogeneidade estrutural brasileira. O Estado de São Paulo teve o setor terciário como grande recuperador de sua expansão, já que os setores agricultura e indústria tiveram menor desempenho nesta época.

2.2.2 Análises Setoriais da Economia Paulista

2.2.2.1 Agropecuária

Na década de 1980, a agricultura paulista se expandia, porém, com um ritmo menor quando comparado com a década de 1970. A taxa média de crescimento da agricultura

³⁰ Wilson Cano professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e diretor do Centro de Estudos e Desenvolvimento Econômico da Unicamp. Ulysses Cidade Semeghini professor assistente do Instituto de Economia da Unicamp.

brasileira foi de 3,2% ao ano, enquanto a taxa de crescimento agrícola paulista foi de 1,6% ao ano, de acordo com Igreja e Camargo³¹, citado em Bulascoschi e Soares (1992).

Assim, as quedas nas produções agrícolas dos anos 1980 se deveram a grande incapacidade do Estado controlar a economia do país, isto devido a sua alta dívida interna e externa. A tendência de queda de produção era para as plantações de trigo, milho, arroz e feijão.

Segundo Igreja e Camargo, citado em Bulascoschi e Soares (1992), a cana-de-açúcar foi o produto que mais se destacou na década de 1980, chegando a uma taxa média de crescimento de 7,9% ao ano no Estado de São Paulo. Outros produtos agrícolas que se expandiram neste período foram a laranja, a soja, o café, o algodão, o amendoim e a mamona.

Já nos anos 1990, o Estado de São Paulo teve a região noroeste como a principal produtora agrícola. Esta região abrange São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba e Campinas, concentrando o maior valor comercial do Estado, principalmente, na produção de cana-de-açúcar e laranja. Quanto à pecuária, a produção é menor, embora, esta seja ainda a maior produtora de suínos, bovinos, aves e leite do Estado, segundo a Seade.

De 2000 para 2001, a agropecuária paulista cresceu 12,2%, tendo a cana-de-açúcar como o maior produto agrícola do Estado. Entretanto, atualmente a agropecuária ainda é o menor componente do PIB paulista.

2.2.2.2 Indústria

Na década de 1980, o crescimento da indústria de transformação no Brasil foi de 0,8% ao ano. O Estado de Minas Gerais apresentou-se como um dos mais industrializados desta época, enquanto São Paulo teve a pior taxa de crescimento industrial, conforme afirma Negri³², citado em Bulascoschi e Soares (1992).

Os anos 1980 da economia brasileira foram dividido entre 1981-83 como o período de taxas de crescimento industrial negativa, de 1984-86 como o período de recuperação do

³¹ Abel Ciro Minniti Igreja e Ana Maria Pires Montragio de Camargo são integrantes dos quadros da Secretaria da Agricultura e Pesquisadores do Instituto de Economia da Unicamp.

³² Barjas Negri professor assistente e doutorando no Instituto de Economia da Unicamp.

crescimento industrial e de 1987-89 como o período de desaceleração do crescimento industrial.

O Estado de São Paulo foi comprometido com a crise econômica dos anos 1980 mais do que as outras regiões do Brasil. Perdeu força na indústria de transformação devido ao seu parque industrial ser muito interdependente, o que gerava uma reação em cadeia aos demais setores quando um era afetado. Ao mesmo tempo, os segmentos industriais fortemente concentrados em São Paulo eram prejudicados pelo desemprego e redução salarial. Assim, a indústria paulista da década de 1980 não teve significativas transformações na sua estrutura produtiva.

Já em 2000, a indústria de transformação paulista cresceu 6,5%, algo que não crescia desde 1994. Porém, nos últimos anos, afirma-se que tem sido o setor de serviços que tem predominado o PIB paulista.

2.2.2.3 Serviços

Nos anos 1980, como já revelado anteriormente, a situação da economia brasileira era de instabilidade e estagnação. O crescimento do produto total do Brasil ficava em torno de 2,4% ao ano, isto é, havia baixo dinamismo dos setores primário e secundário.

Com isso, o setor terciário ganhou espaço na economia paulista na década de 1980, e foram as instituições financeiras que se destacaram com a maior porcentagem do PIB. Estas representavam 6,5% do total do PIB paulista em 1980, passando para 23,5% em 1987, segundo Cano e Semeghini, citado em Bulascoschi e Soares (1992).

No geral, é ressaltado que nos anos 1980 a composição setorial do PIB paulista se alterou, ou seja, ocorreu uma inversão quando comparado aos anos 1970. Assim, o setor terciário aumentou seu peso no PIB de São Paulo, chegando a produzir 58% do PIB total, em detrimento da queda na taxa de crescimento da agropecuária e da indústria.

Atualmente, o setor de serviços continua a aumentar sua participação no PIB paulista, tendo o comércio e serviços de manutenção e reparo como os maiores fortalecedores deste setor.

TABELA 1**Produto Interno Bruto: Valor Bruto da Produção, segundo Setores de Atividade Econômica do Estado de São Paulo (2003-2008)**

(em milhões de reais)

Setores econômicos	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agropecuária	25.363	26.826	27.138	30.404	32.717	34.748
Indústria	512.195	595.738	644.548	685.839	758.918	853.765
Serviços	523.119	559.518	653.452	724.284	822.331	919.420
Valor Bruto da Produção	1.060.677	1.182.081	1.325.138	1.440.527	1.613.965	1.807.934

FONTE: Fundação Seade; IBGE.

Nos últimos anos, a composição do PIB paulista tem apresentado pequenas variações, já que o setor de serviços possui a maior abrangência do PIB, ficando em segundo lugar a indústria e em terceiro, a agropecuária, de acordo com a tabela 1. Esta maior participação do setor de serviços no PIB do Estado de São Paulo já se revelava desde os anos 1980, ficando cada vez mais acentuada.

2.2.3 Cenários Demográficos de São Paulo: População e Emprego

2.2.3.1 População

Nos anos 1980, a taxa de fecundidade estava em queda no Estado do São Paulo. Entre 1980 e 1985, apresentou uma redução de 20%, chegando a uma média de 2,7 filhos por mulher. Os índices mais baixos de fecundidade estavam na Grande São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Bauru. Já a taxa de fecundidade mais elevada era a da região de Sorocaba.

Já nos anos 1990, a taxa de fecundidade paulista continuou a cair, chegando a 2,05 filhos por mulher em 2000. Com isso, é possível observar na tabela 2 esta queda da taxa de fecundidade (número de filhos por mulher), ao longo dos anos, no Estado de São Paulo.

TABELA 2**Taxas de Fecundidade do Estado de São Paulo de 1980 a 2000**

ANOS	TAXAS DE FECUNDIDADE
1980	3,43
1991	2,33
2000	2,05

FONTE: Fundação Seade; IBGE.

Quanto à migração, na década de 1980, o Estado de São Paulo recebeu cerca de 3,4 milhões de migrantes, valor que colaborou para o crescimento da população brasileira. Segundo dados da SEADE, a migração para São Paulo ocorria com diversas intensidades conforme a região escolhida. Para a Grande São Paulo, Vale do Paraíba e Campinas, a imigração era decrescente lenta; para Sorocaba, a imigração era crescente lenta; para Bauru, a imigração era crescente; e para Ribeirão Preto, a imigração era constante.

Desta forma, o fluxo migratório aumentou para São Paulo, principalmente, devido ao pequeno crescimento agrícola das outras regiões. A população paulista quase dobrou de 1980 para 2010, conforme pode ser observado na tabela 3.

TABELA 3**Evolução da população residente no Estado de São Paulo (1980-2010)**

ANOS	POPULAÇÃO
1980	24.953.238
1991	31.436.273
2000	36.974.378
2010	41.223.683

FONTE: Fundação Seade; IBGE.

TABELA 4
Taxa de Crescimento Populacional (%)

1970/1980	3,5
1980/1991	2,1
1991/2000	1,8
2000/2010	1,6

FONTE: Fundação Seade; IBGE.

Embora seja evidente o crescimento da população do Estado de São Paulo de 1980 a 2010, verifica-se através da tabela 4 que a taxa de crescimento populacional paulista tem diminuído nos últimos anos, o que está associado à queda da taxa de fecundidade já relatada anteriormente.

Segundo Waldvogel e Capassi (2010), dos anos 1970 para os 1980, o maior crescimento populacional ocorreu devido ao aumento da população da região metropolitana de São Paulo, já a partir de 1980, o maior crescimento populacional se deu no interior paulista. Esta redução do crescimento populacional na metrópole está ligada a um comportamento específico desta, o que levou a um maior dinamismo nos municípios do interior paulista.

2.2.3.2 Emprego

Diante toda a crise dos anos 1980, a taxa média anual de emprego formal teve um crescimento muito reduzido no Estado de São Paulo, atingindo 1,48% apenas. E ainda foi menor para o setor da indústria de transformação, o qual cresceu somente 0,87% ao ano, segundo Pacheco e Dedecca³³, citado em Bulascoschi e Soares (1992). Esta queda no nível de crescimento de emprego do setor industrial está associada à maior capacidade do setor de serviços de gerar empregos. Assim, embora, a economia paulista enfrentasse uma situação difícil nesta época, o índice de desemprego não estava aumentando em larga escala.

Com isso, os maiores efeitos da crise da década de 1980 foram refletidos na Grande São Paulo, já que no interior paulista a economia apresentava uma evolução positiva para o

³³ Carlos Américo Pacheco e Cláudio Salvadori Dedecca professores assistentes doutorandos no Instituto de Economia da Unicamp.

Estado, tendo um desempenho favorável a criação de empregos nos setores industriais e agroindustriais. Desta forma, Pacheco e Dedecca, citado em Bulascoschi e Soares (1992), afirmam que enquanto a taxa média de crescimento de emprego industrial era de 0,3% na Grande São Paulo, no interior, a taxa de crescimento de emprego chegava a 1,9% neste período.

Entretanto, segundo Ferreira³⁴, citado em Bulascoschi e Soares (1992), entre 1984 e 1988, houve aumento na criação de novos empregos no Estado de São Paulo, sendo evidente que a maior parte deles era para os setores de indústria, comércio e serviços. Em 1985, foram criados 251 mil empregos no setor de serviços, já em 1986 este número caiu para 79 mil devido à falência do Plano Cruzado e, em 1987, voltou a crescer chegando a 150 mil novos empregos, atingindo quase 300 mil empregos, em 1988.

Deste modo, verificou-se que o mercado de trabalho de São Paulo, nos anos 1980, apresentou alterações setoriais conforme o aquecimento da economia. A PEA sofreu variações de ajuste as flutuações do emprego agregado. E, atualmente, a PEA continua a sofrer mudanças, tendendo a aumentar cada vez mais, conforme a tabela 5.

TABELA 5

População Economicamente Ativa do Estado de São Paulo (pessoas de 10 anos ou mais de idade na região metropolitana) – 2003 a 2010

ANOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PEA	107.583	109.561	110.184	112.016	114.594	117.289	118.937	119.455

FONTE: IBGE

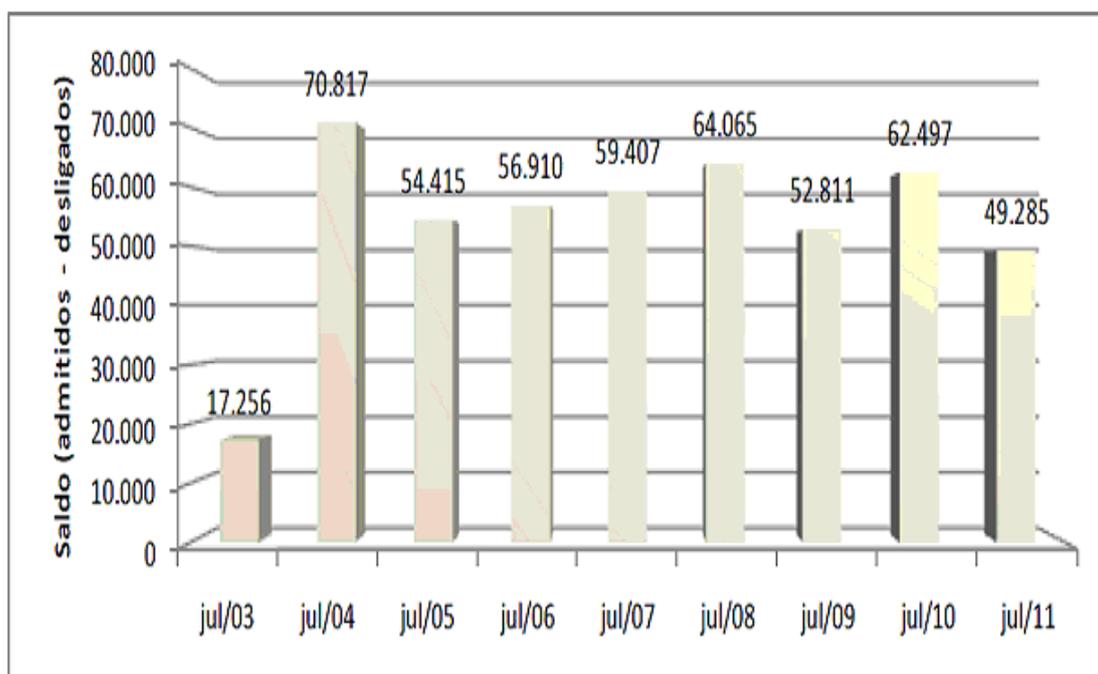
A composição da PEA tem se alterado nos últimos anos devido à maior inserção feminina no mercado de trabalho. De acordo com o IBGE, em 2003, os homens representavam 56,7% da PEA e as mulheres 43,3%. Já em 2004, a PEA de São Paulo passa a ser composta por 55% de homens e 45% de mulheres. Isso mostra como as mulheres estão ganhando força no mercado de trabalho e também uma tendência a igualdade entre sexos.

Assim, baseando-se nesta tendência igualitária no mercado de trabalho, o MTE/CAGED mostra que o Estado de São Paulo apresentou uma considerável evolução de

³⁴ Sinésio Pires Ferreira economista da Fundação Seade e doutorando no Instituto de Economia da Unicamp.

empregos formais nos últimos anos. Após 2003, o número de empregos aumentou de forma muito intensa, como pode ser observado no gráfico 1.

GRÁFICO 1
Evolução do emprego formal em São Paulo – 2003 a 2011



FONTE: CAGED Lei 4.923/65

2.3 O Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais abrange 853 municípios, é o segundo mais populoso do Brasil, além de possuir o terceiro maior PIB do país, ultrapassado apenas pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Minas Gerais também se destaca pela sua importância histórica. Eventos como Inconfidência Mineira, Revolução de 1930, Golpe Militar de 1964 e Diretas Já dos anos 1980, foram fundamentais para a evolução do estado mineiro durante um longo tempo.

Segundo o IBGE, o Estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões. Esta divisão é fundamental para o planejamento de políticas públicas e decisões quanto à localização de atividades econômicas.

As regiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri convivem com a seca, se destacando pela inserção regional, aceleração de aprendizagem e a promoção de

investimentos. Estas regiões formam muitos técnicos e especialistas no Projeto Acelerar, além de contar com a atração de bilhões de reais para investimentos.

Já a região Central Mineira se destaca pela sua importância econômica, sendo responsável por quase a metade do PIB do Estado mineiro. Esta região é a mais urbanizada e com a maior população de Minas Gerais. Entretanto, a região mais desenvolvida deste Estado é a do Triângulo Mineiro, possuindo o maior percentual de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Sul de Minas também se sobressai pelo bom desenvolvimento apresentado pelo IDH. Esta região se destaca por ser a primeira no PIB agropecuário de Minas Gerais. Além disso, esta é a região que mais recebe turistas de todo o Estado. Devido o Sul de Minas fazer a ligação entre a região Central deste Estado e o Estado de São Paulo, esta região tornou-se estratégica para a localização de indústrias.

De acordo com a FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), a qual é responsável por contribuir para o desenvolvimento sustentável e a competitividade das indústrias, a produção industrial mineira cresceu 15% de 2009 para 2010. Assim, os setores que mais contribuíram para isso foram Máquinas e Equipamentos, Indústrias Extrativas, Metalurgia Básica e Outros Produtos Químicos.



FONTE: IBGE

2.3.1 A Economia Mineira da Década de 1980:

Na década de 1980, o crescimento econômico mineiro foi afetado pela crise da dívida. Apesar disso, Minas Gerais apresentou um crescimento acima da média nacional neste período, assemelhando-se ao crescimento da economia paulista. Embora o Estado perdesse a capacidade de comandar o desenvolvimento econômico do país nesses anos, ainda conseguiu se sobressair graças ao seu caráter exportador.

Minas Gerais teve grandes dificuldades no setor agropecuário nos anos 1980. Segundo Garcia e Andrade (2007), o domínio agropecuário mineiro foi transferido para o Estado de São Paulo, o qual se destacou com a produção de cana-de-açúcar e laranja. Quanto ao setor terciário de Minas, pode-se ressaltar sua pequena queda devido ao processo de urbanização.

A tabela 6 mostra o crescimento anual do PIB, fazendo uma comparação entre o Estado de Minas Gerais, o Estado de São Paulo e o Brasil, para os anos 1980 até 2000. Minas Gerais se destaca com maior PIB dos anos 1980, ficando acima do crescimento médio brasileiro.

TABELA 6
Taxa de crescimento anual do PIB (%) - 1980-2000

ANOS	1980-90	1990-95	1995-00
Minas Gerais	2,4	1,1	2,1
São Paulo	2,3	2,5	4,1
Brasil	2,1	0,6	2,2

FONTE: Ipeadata

Com isso, o Estado de Minas Gerais conquistou altos valores do seu PIB nos últimos anos. Assim, a tabela 7 resalta a evolução do PIB mineiro de 2002 a 2008, o que mostra a importância da economia mineira para o Brasil ao longo do tempo.

TABELA 7**Produto Interno Bruto: Estado de Minas Gerais - 2002 a 2008 (em milhões de reais)**

ANOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB	127.782	148.823	177.325	192.639	214.814	241.293	282.522

FONTE: SEDE

2.3.2 Análises Setoriais da Economia Mineira

2.3.2.1 Agropecuária

Segundo Santos (2006)³⁵, citado em Souza e Silva (2010), várias foram as mudanças na agropecuária do Brasil, o que fez com que a produção agrícola conseguisse elevações representáveis. Para o desenvolvimento deste setor, foram utilizadas modernas práticas agrícolas, como o uso de herbicidas, máquinas agrícolas e insumos industriais. Assim, todo este avanço agrícola foi chamado de Revolução Verde, o qual visava sempre o crescimento da produtividade da agropecuária.

O Estado de Minas Gerais absorveu favoravelmente todo este desenvolvimento da agropecuária, e nos anos 1990, conforme afirmam Souza e Silva (2010), já se destacava com o segundo maior PIB deste setor, produzindo principalmente leite, café, batata inglesa e feijão. Este alcance foi obtido graças às adaptações ocorridas no solo mineiro.

Assim, junto com o Estado de São Paulo, Minas Gerais liderou a produção agropecuária do Brasil, principalmente nos anos 1990. De acordo com Souza e Silva (2010), 60% de toda esta produção brasileira eram geradas por São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Café e leite tiveram Minas Gerais como o produtor absoluto neste período, ambos eram fundamentais tanto para o consumo interno do Brasil como para as exportações do país.

³⁵SANTOS, D. M. M. Revolução Verde. Disponível em: <<http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/biologia/durvalina/TEXT0-86.pdf>>. Acesso em: 04 set 2011.

Conforme os dados da SEDE-MG, Minas Gerais produziu cerca de 10,2 milhões de toneladas de grãos em 2010. Isto se deve ao clima mineiro, o qual é favorável ao cultivo e ao seu solo muito abastado.

2.3.2.2 Indústria

Na década de 1980, a economia mineira entrou em crise, porém, seu crescimento foi acima da média do Brasil. A indústria automotiva foi um exemplo de superação da crise, a qual teve a FIAT como grande representante, segundo Diniz e Souza (2010).

Dos anos 1970 para os 1980, verifica-se uma mudança na estrutura industrial, onde houve redução na produção de bens de consumo não duráveis e aumento da produção de bens de consumo durável e de capital. Com o crescimento da indústria química e metalúrgica, a diversificação industrial ocorreu na própria produção de bens intermediários, os quais representavam 50% da produção industrial mineira.

Já nos anos 1990, de acordo com Diniz e Souza (2010), a produção de bens de consumo não duráveis ficou estável no Estado de Minas Gerais. Já a indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital continuou se expandindo, com grande destaque para a indústria automotiva (FIAT e Mercedes Bens). Assim, a atração de indústrias para Minas Gerais está ligada ao fato de ter ocorrido, na década de 1990, uma intensa desconcentração industrial no Estado de São Paulo.

Desta forma, segundo a SEDE-MG, a produção industrial mineira cresceu 15% em 2010, fazendo com que a média de crescimento industrial do Brasil se elevasse positivamente. O destaque é para a indústria metalúrgica, de ferro e de automóveis.

2.3.2.3 Serviços

Atualmente, o setor terciário tem sido muito importante para o desenvolvimento do Brasil. Entretanto, ele não mede o grau de desenvolvimento dos países, já que a modernização do setor de serviços não significa necessariamente crescimento de renda e emprego.

De acordo com Gomes e Oliveira (2004), nos anos 1990, período em que o Brasil estava se recuperando da crise de endividamento, o setor de serviços ganhou força e passou

a representar 50% da estrutura produtiva do país. Em 1992, o este setor abrangia 53,9% dos empregos brasileiros, em 2001, passou para 61,3%.

Apesar da importância do setor terciário de Minas Gerais para o Brasil, sabe-se que a maior concentração das atividades de serviços está no Estado de São Paulo. Segundo Gomes e Oliveira (2004), Minas Gerais tinha 51,7% de suas atividades voltadas para o setor de serviços, enquanto a agropecuária e a indústria reduziam suas participações no PIB mineiro, na década de 1990.

Com isso, os segmentos do setor terciário mineiro da década de 1990 que merecem maiores destaque são administração pública, defesa e seguridade; atividades imobiliárias, aluguel e serviços prestados as empresas; e comércio e reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos, conforme afirmam os dados do IBGE. A seguir a tabela 8, das atividades setoriais do Estado de Minas Gerais dos anos 1990, mostra que o setor terciário se destaca com as maiores porcentagens.

TABELA 8

Valor Adicionado Bruto, segundo setores da economia de Minas Gerais (1990-2000)

Setores	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1990	11,2	41,2	47,6	100
1991	10,6	39	50,4	100
1992	8,7	40,1	51,2	100
1993	9,3	39	51,7	100
1994	14	39,4	46,7	100
1995	10	39	51	100
1996	9,1	40,2	50,7	100
1997	8,5	41,7	49,8	100
1998	9,2	40,3	50,5	100
1999	9,4	41,4	49,2	100
2000	8,5	43,3	48,2	100

FONTE: IBGE

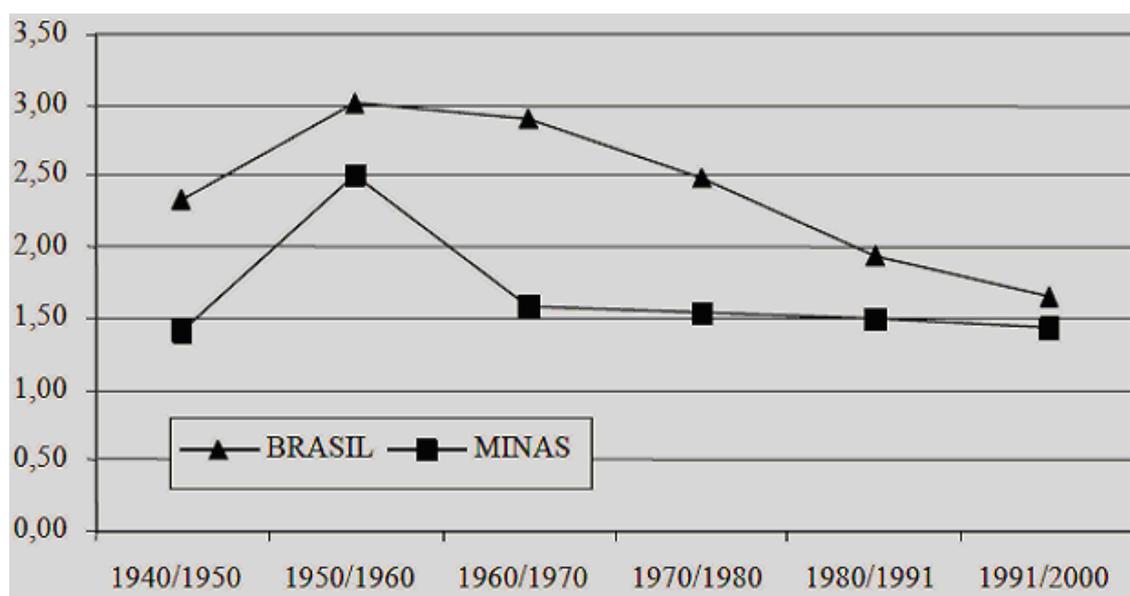
2.3.3 Cenários Demográficos de Minas Gerais: População e Emprego

2.3.3.1 População

O Estado de Minas Gerais teve a sua população decrescente desde os anos 1950. Segundo o IBGE, a população mineira representava 16,3% da população brasileira em 1940, esta porcentagem caiu para 10,5% em 2000, quando a população chegou a 17,8 milhões de pessoas.

Com isso, a taxa de crescimento anual da população mineira sempre esteve abaixo da taxa brasileira, principalmente nos anos 1960-70, quando ocorreram quedas das migrações para Minas Gerais. Neste período, a taxa de crescimento populacional do Brasil era quase o do dobro da taxa mineira. Isto pode ser observado no gráfico 2, o qual mostra as diferentes taxas de crescimento da população mineira e da brasileira ao longo do tempo.

GRÁFICO 2
Brasil e Minas Gerais, Taxas de crescimento anual da população – 1940 a 2000



FONTE: IBGE

Na década de 1960, Minas Gerais sofreu também com as emigrações. De acordo com Brito e Horta (2002), a população mineira se deslocava para São Paulo e Rio de Janeiro, lugares com maiores taxas de crescimento industrial. Assim, segundo o IBGE,

mais de 2 milhões de pessoas saíram de Minas Gerais neste período, em busca de melhores condições de vida.

Deste modo, nos anos 1970, segundo Brito e Horta (2002), a população mineira cresceu 1,54% ao ano, isto devido à recuperação do setor industrial e agrícola. Mesmo com este aumento, a taxa de crescimento de Minas Gerais ainda estava abaixo da taxa brasileira. Já na década de 1980, Minas Gerais foi afetada pela crise mundial assim como todo o Brasil. O setor agropecuário e o industrial sofreram com a crise, o que levou a queda do PIB mineiro nesta época.

Na década de 1990, iniciou-se um período de recuperação da atração populacional. Não só nas regiões metropolitanas, mas também nas áreas de expansão agrícolas, o crescimento populacional foi notável. De 2000 para 2010, a taxa de crescimento da população mineira foi de 9,5%, chegando a 19,5 milhões de pessoas em 2010, de acordo com os dados do IBGE.

2.3.3.2 Emprego

O Estado de Minas Gerais apresentou nos anos 1990 a maior parte de seus empregos no setor de serviços. Dos anos 1990 para 2000, os empregos no setor agrícola sofreram quedas, já nos setores de indústria e serviços a quantidade de empregos aumentaram. A tabela 9 faz uma comparação da distribuição de empregos por atividades setoriais de 1992 e 2001 em Minas Gerais.

TABELA 9

Distribuição do Emprego por Setores Econômicos de Minas Gerais (1992 e 2001)

Setores Econômicos	1992	2001	Variação no número de empregos
Agricultura	27,8	20,9	-12,3
Indústria	20,8	21,6	21,7
Serviços	51,4	57,5	30,8

FONTE: PNAD, citado em Gomes e Oliveira (2004)

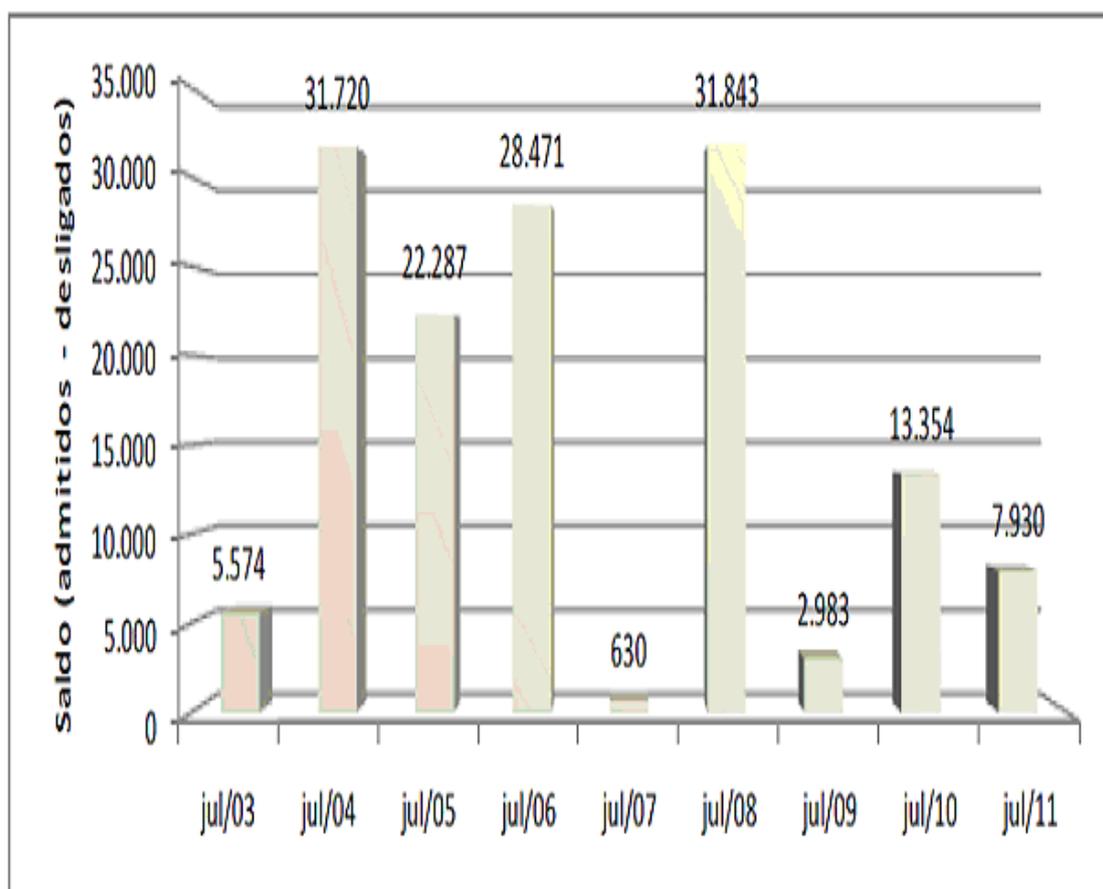
Além disso, conforme os dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), na década de 1990, foram gerados 1,8 milhões de empregos no Brasil. Deste total houve

queda dos empregos para o setor industrial e aumento para o setor de serviços. Assim, percebe-se a migração dos trabalhadores do setor agrícola e industrial para o setor terciário, o qual teve um crescimento de 30% de empregos, em apenas uma década, no Estado de Minas Gerais.

O gráfico 3, baseado no MTE/CAGED, apresenta a evolução dos empregos formais em Minas Gerais. Verificam-se grandes variações de um ano para o outro. Os anos 2003, 2007 e 2009 foram os que tiveram os menores números de empregos formais. Apesar destas flutuações intensas dos empregos mineiros, é certo que a maior parte deles é para o setor terciário atualmente.

GRÁFICO 3

Evolução do emprego formal em Minas Gerais – 2003 a 2011



FONTE: CAGED Lei 4.923/65

Assim, tanto o Estado de São Paulo como o de Minas Gerais apresentaram uma grande evolução dos anos 1980 até os dias de hoje. Ao ser analisado o panorama setorial de cada Estado, ficou claro que o setor de serviços se destaca como o maior representante do PIB nos últimos anos. Isto se associa ao crescimento do número de empregos deste setor.

Deste modo, pretendeu-se demonstrar através deste capítulo a grande importância desses estados brasileiros, com o intuito de inseri-los em uma análise estatística a fim de revelar se existem evidências de ciclos político-econômicos no Brasil, depois de analisados vários aspectos econômicos desses estados. No próximo capítulo, será realizado o diagnóstico para se constatar estas evidências.

3 UM ESTUDO PARA VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CICLOS POLÍTICOS NO BRASIL

3.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo realizar um estudo para constatação de evidências de ciclos político-econômicos no Brasil. A análise foca os anos de 2002 a 2010, visando às eleições estaduais e municipais que ocorreram neste período no país.

Depois de já relatada toda a evolução da teoria de ciclo político e também apresentado os aspectos econômicos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, este estudo contará com dados numéricos, a partir das variáveis despesas e receitas orçamentárias, para análise dos resultados fiscais destes estados e dos municípios que os compõem.

De acordo com a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos a tendência é de que nos períodos pós-eleitoral o comportamento tributário tenha um resultado fiscal elevado, isto é, que a receita seja maior do que a despesa, já nos períodos que antecedem a eleição a propensão é que ocorra uma reversão do comportamento tributário, tendo uma queda do superávit fiscal. Portanto, o comportamento tributário deve ser decrescente neste ciclo.

Deste modo, partindo-se da idéia de que esta teoria foi formulada na década de 1970, deseja-se analisar se ela está presente também nos dias de hoje, tendo em vista que em 2000 foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual representa um instrumento para auxiliar a gestão das receitas e despesas do governo, estabelecendo regras e garantindo a transparência na utilização dos recursos públicos. Esta lei também visa o controle do endividamento público, já que até os anos 1990 a economia brasileira sofreu bastante com as conseqüências negativas dos desequilíbrios fiscais.

Por isso, pretende-se verificar se após a implantação da LRF continuou a ser tão evidente a presença de ciclos políticos no Brasil. Assim como já relatado no primeiro capítulo deste trabalho, principalmente nos anos 1980 e 1990 foram realizados vários estudos comprovando a presença destes ciclos tanto no Brasil como no resto do mundo.

3.2 Resultados Eleitorais

Quando observado os resultados eleitorais do período de 2002 a 2010, percebe-se que nas três eleições para governadores do estado ocorridas nesta época, tanto no Estado de São Paulo como no de Minas Gerais, as vitórias foram todas a favor do mesmo partido.

Por meio desta análise, questionou-se a hipótese de se estudar este período para verificar se existiram ciclos políticos nestes estados brasileiros. Do mesmo modo, ao ser observado o resultado das eleições para prefeitos em alguns dos municípios destes estados, implicou-se evidências semelhantes nas vitórias eleitorais.

Assim, na eleição para governador do Estado de São Paulo de 2002, a vitória foi para Geraldo Alckmin, depois de vencer no segundo turno eleitoral. No mandato seguinte, José Serra vence a eleição de 2006 logo no primeiro turno. Já na eleição de 2010, Geraldo Alckmin é eleito novamente com mais de 11 milhões de votos. O fato que deve ser destacado é que estes três governadores eleitos pertencem todos ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Por isso, suspeita-se de ciclos políticos nestas eleições paulistas.

Desta forma, as eleições para governadores ocorridas no Estado de Minas Gerais neste período tiveram resultados eleitorais similares. Em 2002, Aécio Neves foi eleito governador do estado no primeiro turno, sendo reeleito na eleição de 2006 com mais 7 milhões de votos. Já na eleição de 2010, foi Antonio Anastásia que teve a vitória eleitoral, sendo ambos do mesmo partido. Assim, conforme analisado para o Estado de São Paulo, Minas Gerais seguiu no mesmo sentido, tendo como vitória de todas as eleições deste período políticos membros do PSDB.

Neste sentido, ao ser observado o resultado das eleições municipais do Estado de São Paulo, verificou-se evidência deste mesmo comportamento nas eleições para prefeitos da cidade de São Paulo. Em 2004, José Serra foi eleito prefeito de São Paulo e em 2008, Gilberto Kassab assumiu este mesmo cargo. Considerando que estes dois prefeitos eleitos pertencem a partidos coligados, torna-se evidente um resultado eleitoral com tendência a ciclos políticos.

Deste modo, depois de examinados os resultados eleitorais dos anos de 2002 a 2010, questiona-se que possa ter existido evidências de ciclos políticos no Brasil neste período. Para isso serão analisadas as variáveis econômicas receitas e despesas, visando observar se os políticos gastam mais nos períodos eleitorais para alcançarem a reeleição ou pelo menos para manterem seu partido no poder.

3.3 Resultados das Análises

A partir dos resultados eleitorais, será analisada a evolução dos resultados fiscais para os estados e municípios brasileiros, durante os anos de 2002 a 2010. Em um primeiro ponto, será examinada a trajetória desta variável para o Estado de São Paulo e para o Estado de Minas Gerais. Em seguida, a análise objetiva estudar os municípios destes estados, trazendo depois o foco para um município específico.

3.3.1 Análises Estaduais

O estudo realizado neste trabalho visa analisar o comportamento do saldo orçamentário do Estado de São Paulo e de Minas Gerais conforme a proximidade das eleições. Por meio das análises dos dados destes estados, deseja-se verificar qual é o vínculo entre as finanças governamentais e os ciclos políticos.

Desta forma, será apresentado o resultado fiscal de cada dos dois estado brasileiros entre os anos 2002 e 2010. Este período abrange dois ciclos eleitorais, o primeiro vai de 2003 a 2006 e o segundo vai de 2007 a 2010. A partir disso, os gráficos irão mostrar o comportamento desta variável no período pós-eleição, no chamado de intermediário, no pré-eleição e na eleição.

Tendo em vista que os gastos do governo aumentam quando as eleições se aproximam e os impostos diminuem nesta época, os políticos visam gastar o máximo que podem para garantir a reeleição, permanecendo no poder ou ao menos elegendo um sucessor de seu próprio partido. Assim, visa-se examinar por meio destes dados das finanças públicas se estes resultados estão relacionados com a teoria dos ciclos políticos.

Na tabela 10, estão demonstrados os resultados fiscais do Estado de São Paulo de cada ano. Os anos de 2002, 2006 e 2010 são destacados como anos eleitorais. Em seguida, estão relatados estes dados através de gráficos de acordo com a aproximação das eleições. O gráfico 4 mostra a evolução do resultado fiscal deste estado entre 2003 e 2006. E o gráfico 5 relata este mesmo resultado no período de 2007 a 2010.

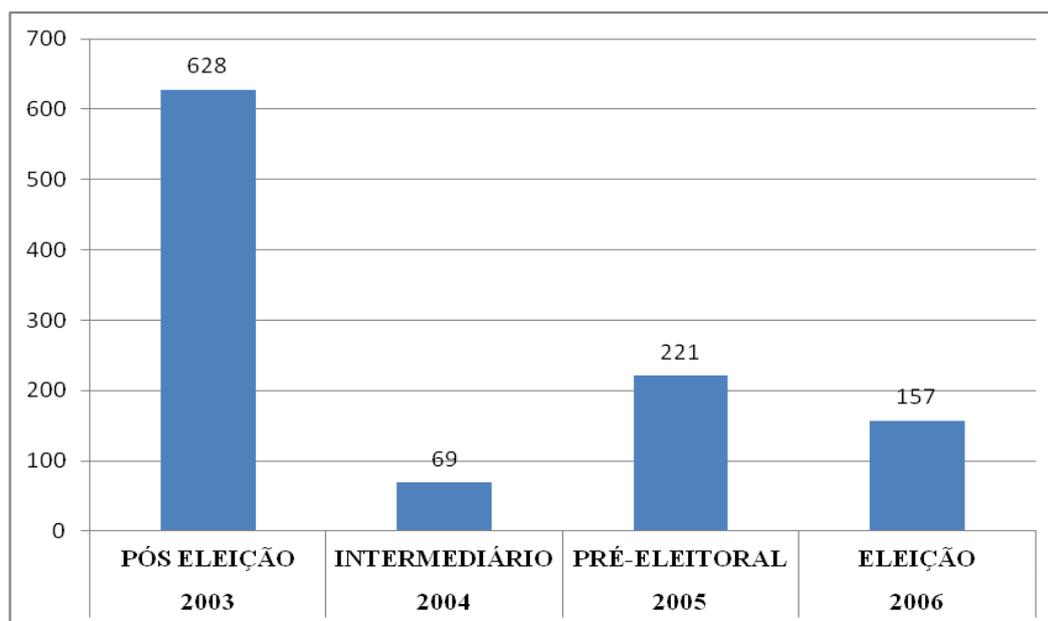
TABELA 10
Resultado Fiscal do Estado de São Paulo

ANO	RESULTADO FISCAL ³⁶
2002*	1.094
2003	628
2004	69
2005	221
2006*	157
2007	177
2008	220
2009	755
2010*	2.496

FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

NOTA: O símbolo (*) significa anos de eleição.

GRÁFICO 4
Resultado Fiscal (2003 a 2006) – Estado de São Paulo



FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

³⁶ O resultado fiscal foi obtido a partir da diferença entre receita total e despesa total do Estado de São Paulo. Este resultado está em milhões de reais e foi deflacionado pelo IPCA retirado do IBGE, o qual foi construído tendo como base o índice de setembro de 2011. O IPCA anual foi formulado a partir da média aritmética dos dados mensais de cada ano.

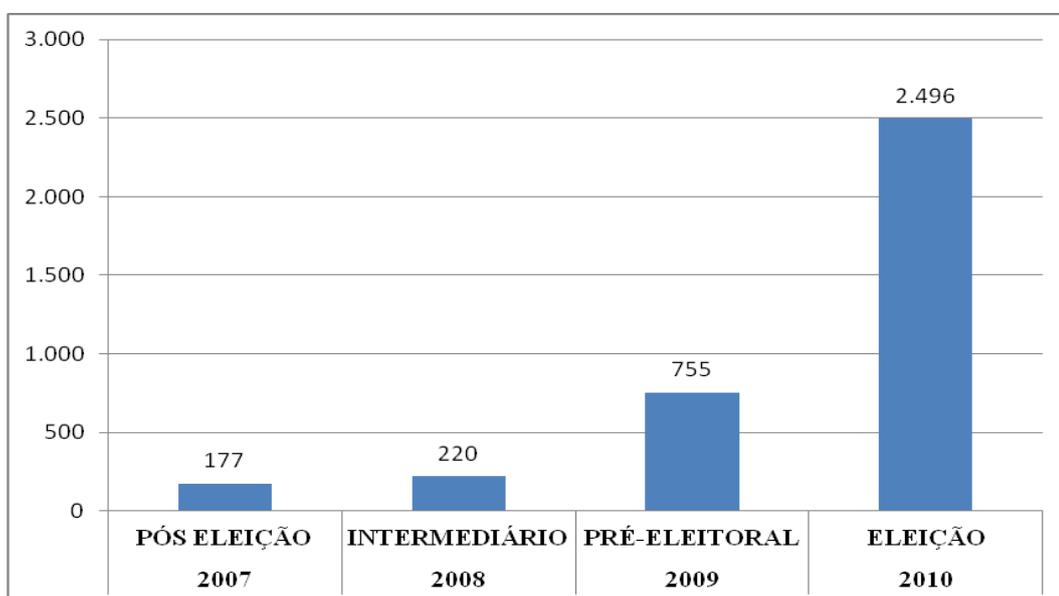
Segundo o gráfico 4, observa-se que o resultado fiscal do Estado de São Paulo decresceu principalmente a partir de 2004, sendo ainda mais reduzido em 2006, ano de eleição. Este resultado tem relação direta com o ciclo político.

Deste modo, sabendo que o ano de 2002 foi um ano eleitoral, no qual Geraldo Alckmin do PSDB se tornou governador do Estado de São Paulo, tem-se que o seu primeiro ano de mandato foi 2003. Neste ano, o resultado fiscal foi de superávit já que a receita foi muito maior do que a despesa, apresentando uma diferença de quase 1 bilhão de reais.

Já em 2004, segundo ano de mandato de Geraldo Alckmin, este superávit foi reduzido em quase 90%, o que mostra que conforme se aproximam as eleições maior é o gasto do governo a seu próprio favor, diminuindo o superávit no ano eleitoral. Assim, de 2003 para 2006 ocorreu uma enorme queda no resultado fiscal, como pode ser visto no gráfico 4.

Deste modo, fica evidente que neste período existiu ciclo político no Estado de São Paulo, o que se confirmou quando José Serra também do PSDB venceu as eleições de 2006. O governo paulista apresentou melhoras na economia antes das eleições para conseguir vantagens nas urnas, o que evidenciou um comportamento oportunista dos políticos neste estado.

GRÁFICO 5
Resultado Fiscal (2007 a 2010) – Estado de São Paulo



FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

Já no gráfico 5, o resultado fiscal do Estado de São Paulo corresponde ao período de 2007 a 2010. Neste período, embora os resultados eleitorais mostrassem que poderia existir tendência a ciclos políticos, os resultados econômicos se apresentaram de modo invertido ao que a teoria de ciclos políticos propunha. Assim, quando observado este gráfico, percebe-se que nem sempre o ciclo político está presente de maneira a ser desvendado.

Este fato pode ser justificado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual foi implantada com o objetivo de se fazer o controle dos desequilíbrios fiscais. Desta forma, observa-se que no pós-2000, ano em que foi estabelecida esta lei, verifica-se que a presença de ciclos políticos ficou menos evidente.

Já na tabela 11, está apresentado o resultado fiscal do Estado de Minas Gerais, o qual será usado para se analisar se existiu evidência de ciclo político neste estado. Em seguida, serão analisados os gráficos referentes a esses dados conforme as eleições se aproximam. O gráfico 6 mostra a evolução do resultado fiscal de 2003 a 2006 neste estado. E o gráfico 7 relata esta mesma evolução para os anos 2007 a 2010.

TABELA 11
Resultado Fiscal do Estado de Minas Gerais

ANO	RESULTADO FISCAL³⁷
2002*	-3.814
2003	-350
2004	130
2005	299
2006*	105
2007	238
2008	739
2009	338
2010*	825

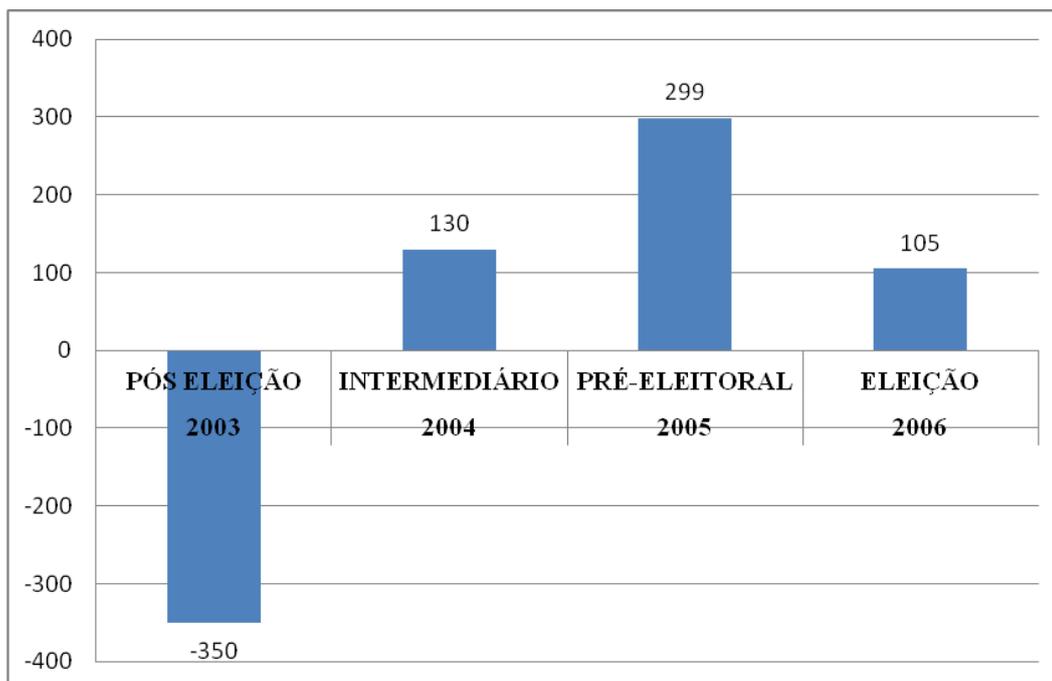
FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

NOTA: O símbolo (*) significa anos de eleição.

³⁷ O resultado fiscal foi obtido a partir da diferença entre receita total e despesa total do Estado de Minas Gerais. Este resultado está em milhões de reais e foi deflacionado pelo IPCA retirado do IBGE, o qual foi construído tendo como base o índice de setembro de 2011. O IPCA anual foi formulado a partir da média aritmética dos dados mensais de cada ano.

GRÁFICO 6

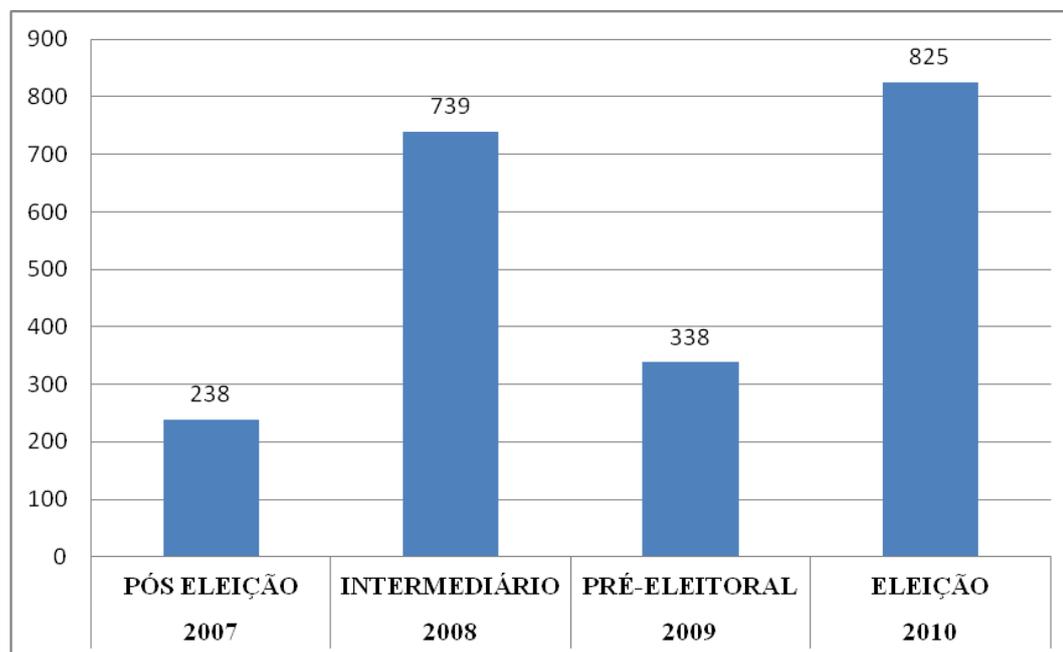
Resultado Fiscal (2003 a 2006) – Estado de Minas Gerais



FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

GRÁFICO 7

Resultado Fiscal (2007 a 2010) – Estado de Minas Gerais



FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

De acordo com o gráfico 6 e 7, observa-se que não foi evidente a presença de ciclos políticos no Estado de Minas Gerais nem no período de 2003 a 2006 e nem no período de 2007 a 2010. Isto foi constatado a partir da idéia inicial da teoria dos ciclos políticos de que conforme se aproximam as eleições, o resultado fiscal deve cair, isto é, deve ser decrescente durante este período analisado nos gráficos.

Como já dito anteriormente, após o ano de 2000, com a criação da LRF, a presença destes ciclos políticos deixa de ser evidente. O contexto de que os gastos aumentam e os impostos caem, quando as eleições se aproximam, não foram apresentados nos dados das contas públicas do Estado de Minas Gerais nesta época.

Desta forma, depois de examinados os saldos orçamentários destes dois estados brasileiros, observou-se que embora ainda existam ciclos políticos no Brasil, eles já não são mais tão evidentes como nos anos anteriores a 2000. Para Minas Gerais, por exemplo, foi realizado um estudo empírico por Neto, Fontes e Lima, baseado em Preussler (2001), para o período de 1981 a 2002, onde foi constatada a clara presença de oportunismo político por parte dos governadores mineiros nesta época.

Assim, dentre os gráficos analisados neste tópico, o único em que foi encontrada a presença de ciclos políticos foi no do Estado de São Paulo no período de 2003 a 2006. Neste período, o comportamento tributário mostrou-se decrescente conforme a hipótese estabelecida pela Teoria de Ciclos Político-Econômicos.

3.3.2 Análises Municipais

Este trabalho também analisou o comportamento do saldo orçamentário médio dos municípios dos estados de São Paulo e de Minas Gerais conforme a proximidade das eleições para prefeitos dos municípios.

Através destes dados, busca-se verificar se as finanças municipais têm alguma relação com o ciclo eleitoral. Desta forma, será apresentado o resultado fiscal médio de cada um dos dois estados brasileiros entre os anos de 2002 a 2010. A partir disso, será examinado por meio dos gráficos o comportamento deste resultado fiscal no período pós-eleição, no intermediário, no pré-eleição e na eleição.

Na tabela 12, estão demonstrados os resultados fiscais médios do Estado de São Paulo de cada ano. Os anos de 2004 e de 2008 são destacados como anos eleitorais. Em

seguida, estão relatados estes dados através do gráfico 8, o qual mostra a evolução do resultado fiscal médio dos municípios paulista entre 2005 e 2008.

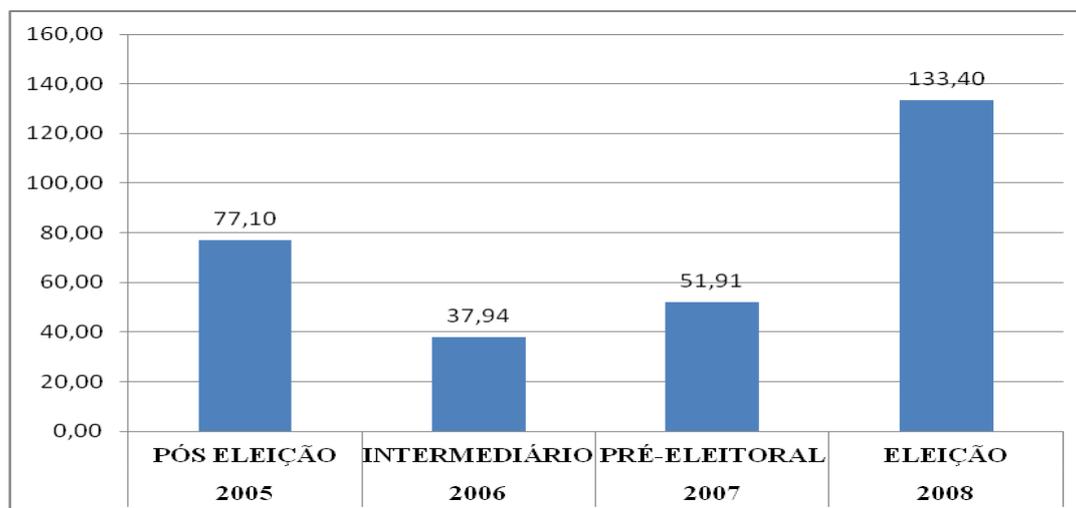
TABELA 12
Resultado Fiscal Médio do Estado de São Paulo

ANO	RESULTADO FISCAL MÉDIO³⁸
2002	30,75
2003	-81,08
2004*	89,07
2005	77,10
2006	37,94
2007	51,91
2008*	133,40
2009	67,42
2010	47,68

FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

NOTA: O símbolo (*) significa anos de eleição.

GRÁFICO 8
Resultado Fiscal Médio (2005 a 2008) – Municípios do Estado de São Paulo
(R\$ per capita)



FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

³⁸ O resultado fiscal médio foi obtido a partir da diferença entre receitas e despesas per capita dos municípios de São Paulo. Este resultado foi deflacionado pelo IPCA retirado do IBGE, o qual foi construído tendo como base o índice de setembro de 2011. O IPCA anual foi formulado a partir da média aritmética dos dados mensais de cada ano.

Segundo o gráfico 8, observa-se que o resultado fiscal médio dos municípios paulistas não seguiu o decréscimo proposto pela teoria dos ciclos políticos. Isto significa que quando analisadas as contas públicas da média destes municípios, não foram evidentes o aumento das despesas e a queda das receitas no decorrer da aproximação das eleições, conforme afirma esta teoria.

O mesmo foi feito para o Estado de Minas Gerais, assim, na tabela 13 estão demonstrados os resultados fiscais médios dos municípios mineiros de cada ano. Os anos de 2004 e de 2008 são destacados como anos eleitorais. Em seguida, estes dados podem ser observados através do gráfico 9, o qual mostra a evolução do resultado fiscal médio destes municípios entre 2005 e 2008.

TABELA 13
Resultado Fiscal Médio do Estado de Minas Gerais

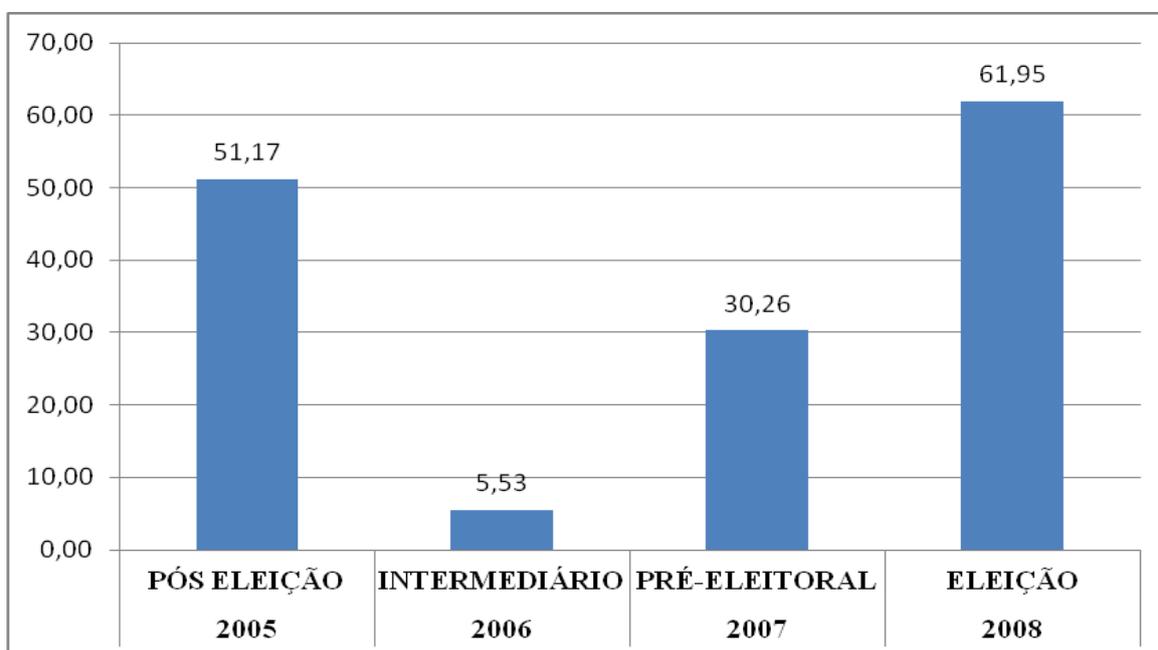
ANO	RESULTADO FISCAL MÉDIO³⁹
2002	-8,93
2003	-30,51
2004*	25,52
2005	51,17
2006	5,53
2007	30,26
2008*	61,95
2009	-11,91
2010	22,10

FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

NOTA: O símbolo (*) significa anos de eleição.

³⁹ O resultado fiscal médio foi obtido a partir da diferença entre receitas e despesas per capita dos municípios de Minas Gerais. Este resultado foi deflacionado pelo IPCA retirado do IBGE, o qual foi construído tendo como base o índice de setembro de 2011. O IPCA anual foi formulado a partir da média aritmética dos dados mensais de cada ano.

GRÁFICO 9
Resultado Fiscal Médio (2005 a 2008) – Municípios do Estado de Minas Gerais
 (R\$ per capita)



FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

De acordo com o gráfico 9, percebe-se que também não houve evidências de ciclos políticos quando analisados os resultados fiscais médios dos municípios mineiros no período de 2005 a 2008. Este gráfico que deveria ter apresentado uma queda desta variável, pelo contrário, mostrou-se crescente principalmente após 2006.

Assim, embora estas análises não mostrassem a presença de ciclos políticos para os municípios brasileiros neste período pós-2000, estudos evidenciam que este fato era facilmente comprovado antes da existência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um estudo realizado por Naércio Menezes Filho (2009) confirmou que existiram ciclos políticos nos municípios brasileiros na década de 1980 e 1990. O comportamento dos prefeitos mostra que aumentar os impostos no começo do mandato e os gastos quando as eleições se aproximam é algo explicável pela teoria dos ciclos políticos.

Neste sentido, mais uma vez foi verificado que existiram ciclos políticos no Brasil, os quais eram mais nítidos antes dos anos 2000. Isto mostra que a Lei de Responsabilidade Fiscal está apresentando sucesso ao trazer uma maior disciplina fiscal para o país. Os processos orçamentários agora possuem mais transparência, o que contribuiu para o

planejamento funcionar com melhor qualidade e sem os indesejáveis desequilíbrios fiscais. Por isso, atualmente, os ciclos políticos não são fáceis de serem desvendados, já que os governos precisam demonstrar maior clareza em suas contas públicas, por meio dos relatórios anuais de exercício financeiro.

Entretanto, ao trazer este estudo para um município específico, a presença de ciclos políticos ainda é evidente. Na tabela 14, estão apresentados os resultados fiscais do município de São Paulo, abrangendo os anos 2004 e 2008 como anos de eleição para prefeito. E no gráfico 10 está relatada a evolução destes dados para o período de 2005 a 2008.

TABELA 14
Resultado Fiscal do Município de São Paulo

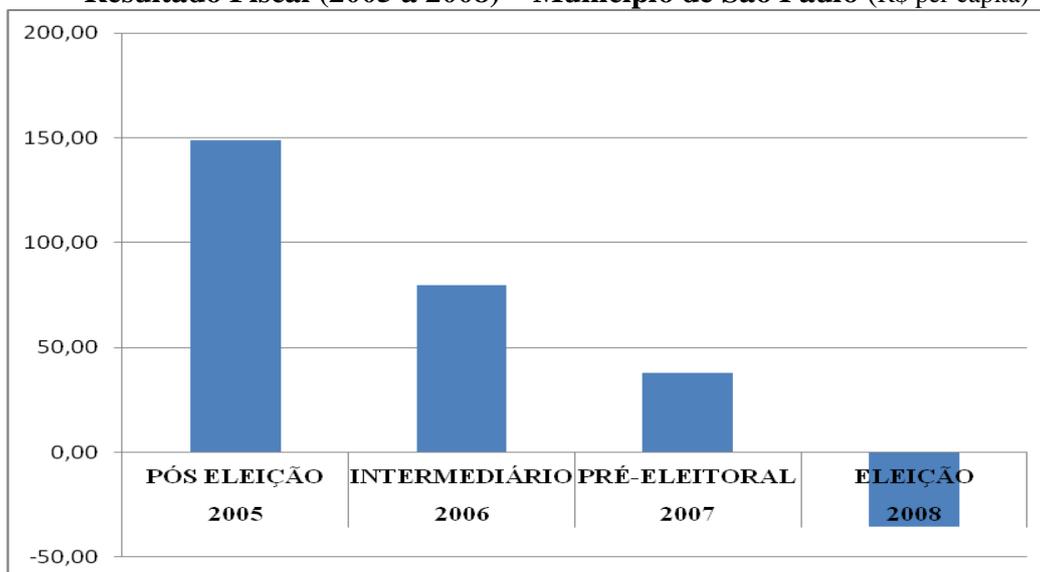
ANO	RESULTADO FISCAL⁴⁰
2002	-41,18
2003	-0,23
2004*	-0,03
2005	148,94
2006	79,96
2007	38,06
2008*	-35,48
2009	-20,12
2010	131,55

FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

NOTA: O símbolo (*) significa anos de eleição.

⁴⁰ O resultado fiscal foi obtido a partir da diferença entre receitas e despesas per capita do município de São Paulo. Este resultado foi deflacionado pelo IPCA retirado do IBGE, o qual foi construído tendo como base o índice de setembro de 2011. O IPCA anual foi formulado a partir da média aritmética dos dados mensais de cada ano.

GRÁFICO 10
Resultado Fiscal (2005 a 2008) – Município de São Paulo (R\$ per capita)



FONTE: Elaboração Própria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional

Ao se observar o gráfico 10, percebe-se o comportamento oportunista do prefeito paulista neste período. Em 2005, primeiro ano de mandato de José Serra do PSDB, o superávit fiscal foi bastante elevado, o que significa que a receita foi muito maior do que a despesa. Assim, após 2006, pode ser observada uma queda do resultado fiscal, o qual apresentou déficit em 2008, ano de eleição.

Desta forma, é evidente a presença de ciclo político no governo do prefeito de São Paulo. Este fato foi confirmado na eleição de 2008 quando o prefeito Gilberto Kassab, membro de um partido coligado ao do governo anterior, venceu as eleições.

Com isso, esta análise revelou que conforme demonstra a Teoria do Ciclo Político-Econômico alguns prefeitos brasileiros praticam a idéia de verificar os resultados econômicos para tomarem suas decisões políticas. Assim, os governos que gastam mais durante o seu mandato têm maior probabilidade de serem reeleitos ou de eleger um sucessor de seu próprio partido.

Deste modo, o último capítulo buscou analisar os resultados empíricos para verificar se a hipótese que a teoria dos ciclos políticos propõe é verdadeira. Como resultado foi encontrado que em apenas alguns períodos do pós-2000 ainda existe ciclo político, já que após a implantação da LRF eles tendem a desaparecer do âmbito eleitoral.

CONCLUSÃO

Este trabalho visou estudar os ciclos políticos desde a sua teoria até as análises empíricas, partindo-se dos dados das contas do governo. O foco foi dado aos estados de São Paulo e de Minas Gerais por estes serem muito importantes para economia brasileira.

Por meio de todas as análises realizadas neste trabalho, verifica-se que o Brasil tem apresentado melhorias no controle de suas contas públicas. Isso é evidente quando se observa os anos posteriores a 2000, já que neste período é nítida a redução dos ciclos políticos no país, principalmente de 2002 a 2010.

Diante este fato, percebe-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000 contribuiu para fazer este controle no ambiente político-econômico. Antes de 2000, a presença de ciclos políticos era bastante evidente, como mostraram vários estudos empíricos tanto no Brasil como no resto do mundo.

Desta forma, acredita-se que a hipótese proposta pela Teoria dos Ciclos Político-Econômicos foi examinada mais precisamente na década de 1980 e 1990. Assim, os estudos feitos para os estados e municípios de São Paulo e Minas Gerais relataram que somente em alguns períodos os ciclos políticos aparecem de forma clara.

Neste sentido, embora de maneira menos evidente, os ciclos políticos ainda estão presentes no Brasil. Segundo a teoria destes ciclos, o superávit fiscal deve ser reduzido com a aproximação das eleições. Isso significa que as despesas aumentam e as receitas diminuem em épocas eleitorais. Os políticos praticam esta ação a fim de mostrar a população que estão realizando várias obras em seus mandatos e que estão reduzindo os impostos.

Sabe-se que muitas vezes estes ciclos políticos não são fáceis de serem desvendados, principalmente, devido o maior controle das finanças públicas que existe atualmente. A tendência brasileira é que estes ciclos desapareçam conforme o avanço da transparência na gestão pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J. M.; FILHO, P. A. (2010), *Ciclos político-econômicos: uma análise do comportamento dos gastos públicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008*, Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-f137e0a2e5c8515bca4e4fbb5791d6cb.pdf>> Acesso em: 13 jul 2011.

BARROSO, R. C.; FIGUEIREDO, M. C. *Relatório do Secretário – Exercício 2006: Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/download/secretario/relatorio_secretario_ano_2006.pdf> Acesso em: 23 out 2011.

BITTENCOURT, J. L. *Evidências de Ciclo Político na Economia Brasileira: Um Teste para a Execução Orçamentária dos Governos Estaduais – 1983/2000*, n.142, Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BORSANI, H. *Eleições e Economia: Instituições Políticas e Resultados Macroeconômicos na América Latina (1979-1998)*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. *Relações entre Política e Economia: Teoria da Escolha Pública*. Em *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRITO, F.; HORTA, C. (2002). *Minas Gerais: Crescimento Demográfico, Migrações e Distribuição Espacial da População*. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2002/D56.pdf> Acesso em: 06 set 2011.

BULASCOSCHI, S.; SOARES, L. *São Paulo no Limiar do Século XXI. Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista: Introdução Geral e Agropecuária*. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

_____; _____. *São Paulo no Limiar do Século XXI. Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista: Setores de Indústria e de Serviços*. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

_____; _____. *São Paulo no Limiar do Século XXI. Cenários Demográficos: População e Emprego*. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

CALABI, A. C.; DUCHATEAU, P. V. *Relatório do Secretário – Exercício 2010: Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/balanco/2010/2010/rel2010.pdf>> Acesso em: 23 out 2011.

CANÇADO P. L.; ARAUJO A. F. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000. *Ibmec MG Working Paper – WP26*, 2004.

COSTA, M. R.; RODOLFO, G. H. *Relatório do Secretário – Exercício 2007: Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/balanco/2007/2007/rel2007.pdf>> Acesso em: 23 out 2011.

COSTA, M. R.; RODOLFO, G. H. *Relatório do Secretário – Exercício 2008: Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/balanco/2008/2008/rel2008.pdf>> Acesso em: 23 out 2011.

COSTA, M. R.; RODOLFO, G. H. *Relatório do Secretário – Exercício 2009: Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/balanco/2009/2009/rel2009.pdf>> Acesso em: 23 out 2011.

DIAS, S. C.; REZENDE, M. C. *Balanço Geral do Estado de Minas Gerais – Exercício 2006*. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/relatorios_contabeis/relatoriocontabil2006.pdf>. Acesso em: 23 out 2011.

DIAS, S. C.; REZENDE, M. C. *Balanço Geral do Estado de Minas Gerais – Exercício 2007*. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/relatorios_contabeis/relatoriocontabil2007.pdf>. Acesso em: 23 out 2011.

DIAS, S. C.; REZENDE, M. C. *Balanço Geral do Estado de Minas Gerais – Exercício 2008*. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/relatorios_contabeis/relatoriocontabil2008.pdf>. Acesso em: 23 out 2011.

DIAS, S. C.; REZENDE, M. C. *Balanço Geral do Estado de Minas Gerais – Exercício 2009*. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/relatorios_contabeis/relatoriocontabil2009.pdf>. Acesso em: 23 out 2011.

DINIZ, G.; SOUZA, O. *Indústria Mineira: Mudanças Estruturais e Aglomerações Territoriais*. XIII Encontro Regional de Economia. Porto Alegre, 2010.

ESTUDOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS (GEMF), Disponível em: <http://gemf.fe.uc.pt/workingpapers/pdf/2002/gemf02_05.pdf> Acesso em: 14 jul 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FIEMG). Disponível em: <www.fiemg.com.br> Acesso em: 25 set 2011.

FIALHO, T. M. M. *Performance macroeconômica e política: análise da evidência de ciclos políticos no Brasil – 1953-1995*, n.77, Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

FILHO, F. J.; REZENDE, M. C. *Balço Geral do Estado de Minas Gerais – Exercício 2002*. Disponível em:
<http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/relatorios_contabeis/relatoriocontabil2002.pdf>. Acesso em: 23 out 2011.

FILHO, F. J.; REZENDE, M. C. *Balço Geral do Estado de Minas Gerais – Exercício 2003*. Disponível em:
<http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/relatorios_contabeis/relatoriocontabil2003.pdf>. Acesso em: 23 out 2011.

FILHO, F. J.; REZENDE, M. C. *Balço Geral do Estado de Minas Gerais – Exercício 2004*. Disponível em:
<http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/relatorios_contabeis/relatoriocontabil2004.pdf>. Acesso em: 23 out 2011.

FILHO, F. J.; REZENDE, M. C. *Balço Geral do Estado de Minas Gerais – Exercício 2005*. Disponível em:
<http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/relatorios_contabeis/relatoriocontabil2005.pdf>. Acesso em: 23 out 2011.

FILHO, N. M. (2009), *Impostos, gastos e eleições*. Disponível em:
<<http://www.netlegis.com.br/fiscolegis/index.jsp?arquivo=detalhesFiscolegis.jsp&codb=7&cod=31004>> Acesso em: 19 jul 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. Disponível em: <www.seade.gov.br> Acesso em: 18 ago 2011.

GARCIA, J., ANDRADE, D. *Panorama Geral da Industrialização de Minas Gerais (1970-2000)*. Leituras de Economia Política, v.12, Campinas, 2007.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

GOMES, D.; OLIVEIRA, H. (2004), *Mudanças Estruturais no Setor Terciário de Minas Gerais*. Disponível em:
<<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A088.PDF>> Acesso em: 05 set 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <www.mg.gov.br> Acesso em: 29 ago 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.sp.gov.br> Acesso em: 17 ago 2011.

GUARDIA, E. R.; JUNIOR, L. T. *Relatório do Secretário – Exercício 2003: Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/download/secretario/relatorio_secretario_ano_2003.pdf> Acesso em: 23 out 2011.

GUARDIA, E. R.; JUNIOR, L. T. *Relatório do Secretário – Exercício 2004: Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/download/secretario/relatorio_secretario_ano_2004.pdf> Acesso em: 23 out 2011.

GUARDIA, E. R.; NAKAGAKI, H. S. *Relatório do Secretário – Exercício 2002: Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/download/secretario/relatorio_secretario_ano_2002.pdf> Acesso em: 23 out 2011.

HIBBS, D. Political Parties and Macroeconomic Policy. *American Political Science Review*. v.71, pg 1467-87, dez, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 24 ago 2011.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 31 ago 2011.

JUNIOR, L. T.; YAMAZAKI, R. Y. *Relatório do Secretário – Exercício 2005: Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/download/secretario/relatorio_secretario_ano_2005.pdf> Acesso em: 23 out 2011.

LIMA, L. M.; REZENDE, M. C. *Balanço Geral do Estado de Minas Gerais – Exercício 2010*. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/relatorio_s_contabeis/relatoriocontabil2010.pdf>. Acesso em: 23 out 2011

MARTINS, R. (2002), *As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português*. Grupo de MENEGUIN, F.; BUGARIN, M. O que leva um Governante à Reeleição? Série Textos para Discussão. Texto nº 305. UnB, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Disponível em: <www.mte.gov.br> Acesso em: 04 set 2011.

NORDHAUS, W. The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*. v.42, pg 169-190, abr, 1975.

OLIVEIRA, K.; CARVALHO, F. *A Contabilidade Governamental e a Teoria dos Ciclos Políticos: Uma Análise Empírica Fiscal e Contábil sobre os Municípios do Estado do Rio de Janeiro 1998/2006*, n. 16, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PREUSSLER, A. P. S. *Um Estudo Empírico dos Ciclos Político-Econômicos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PREUSSLER, A. P.; PORTUGAL, M. S. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. *Análise Econômica*, v. 21, n. 40, p. 179-205, 2003.

SAKURAI, S. N. Testando a Hipótese de Ciclos Eleitorais Racionais nas Eleições dos Municípios Paulistas. *Est. Econ.*, v. 35, n. 2, p. 297-315, abr-jun, 2005.

SECRETARIA DA FAZENDA – GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/>> Acesso em: 23 out 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDE).

Disponível em: <www.sede.mg.gov.br> Acesso em: 30 ago 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS. Disponível em:

<<http://www.fazenda.mg.gov.br>> Acesso em: 23 out 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O329.pdf>>

Acesso em: 23 out 2011.

SOUZA, E.; SILVA, G. *A Economia Agropecuária Mineira na Década de 1990: Uma Análise Econométrica Espacial*. XIV Seminário de Economia Mineira. Diamantina, 2010.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>> Acesso em: 31 out 2011.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS (TRE-MG). Disponível em:

< www.tre-mg.jus.br> Acesso em: 05 set 2011.

WALDVOGEL, B.; CAPASSI, R. *Cenários da População Paulista: Dos anos 90 ao Futuro*. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 17, São Paulo, 2003.